

A RECESSÃO AMEAÇA DE NOVO



A oferta de empregos caiu sensivelmente após a decretação do Cruzado 2, segundo informações do Ministério do Trabalho. Há vários indícios de que a recessão se aproxima. E o governo, embora fale em manter o crescimento, oscila entre o imobilismo e a cumplicidade com os que defendem a queda da produção.

Veja na última página.

EDITORIAL

Multiplicar forças

As forças conservadoras estão sendo obrigadas a rever rapidamente seus planos para a Constituinte. Pretendiam restringir os debates, limitar a soberania da Constituinte, usar a tática do rolo compressor para empurrar goela abaixo uma Carta Magna moldada a gosto da grande burguesia, de fachada liberal mas de conteúdo autoritário. Este encaminhamento, no entanto, tem sido dificultado pela tenacidade dos autênticos democratas que, levantam a voz, denunciam as manobras, procuram cumprir com valentia o mandato que lhes foi conferido pelo povo para promover mudanças em profundidade nas instituições.

As correntes progressistas, embora com representação relativamente reduzida, contam com o apoio da opinião pública e, aos poucos, estão conseguindo atuar de forma coordenada. Seus apelos encontram repercussão e colocam os reacionários em dificuldades.

Os primeiros combates têm sido em torno da questão da soberania da Constituinte. Nesta semana foi a vez do próprio governo federal tentar interferir nos trabalhos, anunciando que nomearia um líder do governo na Constituinte. A idéia foi tão combatida que o presidente Sarney acabou nomeando o deputado Carlos Sant'Anna como líder do governo na Câmara Federal. Uma manobra evidente, já que a Câmara está em recesso e não precisa portanto de nenhum acompanhamento. Mas na prática já se noticia que Sant'Anna tem feito negociações na Constituinte. De qualquer forma, além de recuo formal, o governo saiu desgastado do episódio e seu representante encontra um campo de ação mais reduzido.

Outra forma de ingerência que tem merecido a condenação dos democratas é a atividade dos chamados assessores parlamentares das forças armadas. Estes senhores, muitas vezes coronéis, com muita diplomacia, tratam de

exercer pressões sobre os constituintes no sentido principalmente de assegurar a continuação das normas que permitem a intromissão dos militares na vida política nacional e na repressão ao povo.

Diante dos obstáculos encontrados, os conservadores procuram ganhar tempo e esvaziar o plenário. Querem tratar as coisas nos bastidores e impedir que a discussão venha para as ruas, para as entidades, para as organizações democráticas e populares. Fazem tudo inclusive para restringir a atividade da imprensa e não permitir que o povo seja informado sobre as articulações em curso.

Impõe-se portanto uma vigorosa mobilização da opinião pública. Mesmo em minoria, a voz dos progressistas ganhará novas forças se tiver prolongamento nas manifestações de massas em favor de uma Constituição democrática e moderna. Vale insistir na importância de se formarem comissões ou plenários em cada cidade, para levantar o debate constituinte. Nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras Municipais, nos sindicatos, nas associações de moradores, por todo lado é indispensável que se organizem fóruns de discussão sobre a Constituição que o Brasil necessita. Está em pauta inclusive, na Constituinte, uma sugestão para que um certo número de pessoas (30 mil), possa encaminhar propostas a serem submetidas ao plenário. Urge portanto que o debate saia dos limites do Congresso.

Durante um período razoável, os parlamentares democratas tiveram que atuar sob as normas da ditadura e em diversas ocasiões infringiram derrotas ao regime militar no Congresso Nacional. Agora, aproveitando esta rica experiência, o bloco progressista que se forma tem condições de romper as barreiras dos conservadores e lutar por uma Constituinte em favor da liberdade, da soberania nacional, da reforma agrária e das mudanças que o país necessita.

Constituinte debate sua própria soberania

Veja por que os conservadores querem limitar o poder

da Assembléia e impedi-la de debater problemas conjunturais. Pág. 3



Aposentados na Praça da Sé, São Paulo: bicos para complementar o baixo salário

Governo quer acabar com aposentadoria antes dos 55 anos

O anteprojeto já entregue ao presidente Sarney prevê o fim da aposentadoria por tempo de serviço. Os trabalhadores estão contra a medida e acham que irão se aposentar no cemitério. Pág. 8

Como o capital embolsa os lucros da inflação

A burguesia diz que a inflação é um mal que atinge todos os segmentos e classes sociais. Mas a verdade é que os capitalistas ganham dinheiro quando provocam a alta dos preços, enquanto os assalariados só têm a perder. Pág. 4

Bolívia engole o remédio amargo do FMI

O órgão dos banqueiros elogiou a política econômica de Estenssoro para combater a inflação. O governo demitiu milhares de mineiros, prendeu e deportou sindicalistas e arrochou salários. Há quem diga que isso no Brasil. P. 2

CDM

Fundação Maurício Grabois

Inflação cai 23.400% na Bolívia. Vitória de quem?

A Bolívia conseguiu diminuir a sua inflação, de 23.500% para 66%. Um verdadeiro sucesso! Pelo menos é o que acha um dos principais órgãos do capitalismo mundial, o Fundo Monetário Internacional - FMI. É o que alardeiam outros órgãos do imperialismo. E, de fato, quem olha os números não deixa de ficar impressionado. De 23.500% para 66%! O FMI comemora. Mas os trabalhadores têm o que comemorar?

Na verdade, o que aconteceu na Bolívia traz importantes lições aos operários, especialmente aos brasileiros que estão vivendo uma grave crise econômica onde a inflação já aponta para 500% ao ano. Antes de tudo, demonstra que o remédio aplicado à economia boliviana é demasiado amargo, especialmente para as massas trabalhadoras. Um remédio que não mata o país, mas que manda os assalariados para U.T.I. - o local onde ficam os que estão com sérios risco de vida. Vejamos:

No seu boletim de janeiro, o FMI trouxe um artigo especial sobre a Bolívia, assinado por Peter Kohnert, do Departamento para o Hemisfério Oci-

dental do órgão. Após informar a redução drástica dos índices de inflação, o FMI recomenda: "Com sua política atual, a Bolívia bem que poderia conseguir um crescimento econômico sustentado a longo prazo e uma balança de pagamentos viável, desde que lhe seja disponível a ajuda da comunidade financeira internacional" - um convite claro aos magnatas do capital internacional para que avancem sobre o país.

GOVERNO E FMI

Kohnert elogia a política econômica adotada pelo presidente Victor Paz Estenssoro. Uma política elaborada obedecendo aos ditames do próprio

FMI e do Banco Mundial. "O programa de estabilização da economia ajudou o governo a recuperar confiança, atraindo assim o capital que estava no exterior e provocando uma re monetização da economia", reza o artigo.

Os principais pontos dessa política, na fria visão do banqueiro, foram: leilão diário cambial, para tornar a taxa de câmbio "competitiva"; desvalorização inicial do peso de pouco mais de 90%; política monetária e fiscal "ajustada", com aumentos substanciais nos preços de serviços e bens prestados pelo setor público, especialmente gasolina e outros derivados do petróleo, além de tarifas de eletricidade e transportes; congelamento dos salários dos funcionários públicos; fim da venda de produtos subsidiados à população de baixa renda; liberação de preços; achatamento salarial; fim dos entraves à demissão em massa de funcionários; fim das contratações de pessoal pelas estatais; liberação dos juros; normalização dos pagamentos aos credores estrangeiros (o país chegou a declarar a moratória, no governo de Siles

Zuazo, em 1984); aumento dos impostos e reforma no sistema de arrecadação.

CORTE NO OSSO

O leitor destas linhas, certamente um assalariado, já deve estar indagando o quanto doeu no bolso de seus colegas bolivianos a implementação desta política, elaborada e louvada pelo FMI. Pois é, o governo cortou na carne e no osso do povo. Porque, trocando em miúdos, o que está escrito no boletim do FMI é que Paz Estenssoro arrojou salários, aumentou o desemprego, jogou os preços dos produtos para acima das nuvens (alguns alimentos foram majorados em até 750%!), e abriu ainda mais as escancaradas portas de seu país para a penetração de exploradores estrangeiros. Até o Exército dos Estados Unidos foi para a Bolívia, a pedido do governo - uma verdadeira tropa de ocupação em território latino-americano, aqui no ladinho do Brasil.

REPRESSÃO

Os trabalhadores bolivianos, em especial os mineiros, são dos que mais têm tradição de lutas no nosso continente. Para esmagar a sua resistência o presidente Paz Estenssoro decretou o estado de sítio (coisa que não ocorria nesse país há 21 anos) por duas vezes. Fechou várias minas de estanho, jogando ao desemprego 20 mil mineiros. Prendeu e deportou sindicalistas. Colocou a Central Operária Boliviana, a combativa COB, na clandestinidade. Ordenou que esquadrilhas de caça sobrevoassem La Paz, a capital, para aterrorizar a população e impedir protestos contra sua política vendepátria. Ufa!

AI DE NÓS!

A esta altura o leitor estará pensando: "ainda bem que ninguém defende isso para o Brasil". Ledo engano! O jornal "O Estado de S. Paulo", fiel cão de fila dos interesses imperialistas e defensor desbragado da interferência do FMI na vida de nosso país, afirmou em editorial, dia 6 de fevereiro, que o governo da Bolívia é "exemplo de determinação política, arrostando tormentas civis com o objetivo de eliminar a praga da inflação (inclusive pondo fim a subsídios considerados essenciais à manutenção da paz pública e da efetivação da opção pelos pobres feita há décadas por Paz Estenssoro)".

Pois é, leitor, cuidado. Os magnatas, o FMI, os imperialistas querem acabar com a inflação às suas custas. O que é bom, para eles, na Bolívia, é bom, para eles, também no Brasil...

(Carlos Pompe)



Social-democracia tenta calar estudantes espanhóis

A social-democracia espanhola enfrenta um forte movimento oposicionista. Para quem foi eleito sobre promessas de "preocupações sociais", receber protestos da juventude é um desgaste sério. Pois os estudantes secundaristas e universitários espanhóis

foram os personagens do maior movimento da juventude dos últimos anos na Espanha.

ONDA DE PROTESTOS

Na verdade, a Europa Ocidental vive uma onda de protestos estudantis. Começou na França,

onde os universitários franceses colocaram em cheque a política do primeiro-ministro conservador Jacques Chirac. Portando palavras de ordem democráticas, contra o racismo e contra o projeto governamental de reforma universitária, os jovens franceses impuseram uma derrota impiedosa ao governo. Chirac, pressionado, teve que retirar vergonhosamente seu projeto de reforma universitária. E saiu desgastado junto à população que sempre apoiou os estudantes.

Os países pseudosocialistas também não ficaram impunes à revolta dos jovens. A China usou dos meios repressivos mais repudiáveis para conter a movimentação de seus universitários. Toda a imprensa oficial foi mobilizada para difamar os jovens. O governo chinês saiu bastante desmoralizado. Revoltas também eclodiram na União Soviética, contra o regime ditatorial imperante no país.

O CASO ESPANHOL

A movimentação estudantil espanhola foi influenciada, de certa forma, pelos movimentos na França e demais países. Mas algumas questões específicas norteiam este movimento.

A Espanha passa por uma crise econômica profunda, arrastando milhares de trabalhadores ao desemprego e à miséria. A crise causou, entre outras coisas, a cliti-

zação maior do ensino superior e a falta de perspectiva de emprego para os formados. Ou seja, situação bastante semelhante à do Brasil. Assim, o movimento se canaliza como um protesto contra a situação econômica da Espanha e a política do governo social-democrata do primeiro ministro Felipe Gonzales.

Este, por sua vez, não hesitou em reprimir violentamente as manifestações. No dia 6, o embate polícia manifestantes teve um saldo de oito jovens feridos. E no dia seguinte, o ministro da Educação José Maria Maravalli se recusou a dar continuidade às negociações com os estudantes. Alegou o ministro que a comissão de estudantes era "responsável pela manifestação proibida do dia 6". E quem foi responsável pelo ferimento dos oito estudantes?

MÉXICO SE AGITA

Também o México foi sacudido por manifestações estudantis, na semana passada. Após 19 anos, 100 mil universitários e colegiais voltaram a realizar passeata na capital do país, exigindo o cancelamento das reformas impostas pelo reitor da Universidade Nacional Autônoma do México, UNAM. Nesse estabelecimento estudam 320 mil estudantes, que estão em greve desde o final de janeiro. A manifestação pleiteava a democratização do ensino.

(Dennis de Oliveira)



Ataque ao Exército dos EUA no Líbano: resistência patriótica

Uma campanha orquestrada contra a luta armada

A onda de seqüestros de estrangeiros em Beirute colocou mais uma vez em foco na política internacional o problema do terrorismo. Em meio ao alarde provocado por círculos reacionários nos EUA e em outras potências, é preciso esclarecer exatamente o que é e a quem serve o chamado terrorismo internacional.

Por trás do termo terrorismo, a imprensa internacional procura abrigar uma série de ações político-militares cujo conteúdo é, no mínimo, bastante variado. Inclui desde os seqüestros de cidadãos estrangeiros promovidos por milicianos xiitas no Líbano; atentados a bomba, seqüestro e justicamentos praticados na Europa por grupos autodenominados "comunistas"; as ações da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) nos territórios ocupados por Israel; a luta guerrilheira em países como Colômbia, El Salvador, Filipinas e outros.

Além de misturar ações e organizações de naturezas bastante diferenciadas, os pais do conceito "terrorismo" procuram estabelecer vínculos concretos entre eles--há mesmo quem fale na existência de uma "internacional do terror". Aponta-se, por exemplo, os campos de refugiados palestinos no Líbano como "escolas de terroristas", frequentadas por militantes da Fração do Exército Vermelho (alemã) ou pelos guerrilheiros sandinistas da Nicarágua; acusam-se governos de países árabes, como a Líbia e a Síria, de organizar e financiar atentados a bomba contra países europeus.

FENÔMENOS DISTINTOS

A verdade, porém, é que, expurgados os interesses de propaganda dos setores mais reacionários, é possível perceber que o chamado terrorismo tem servido para qualificar fenômenos bastante distintos--quanto à origem, quanto aos objetivos políticos e quanto às forças sociais que deles tomam parte.

Atualmente, Beirute é considerada o centro mundial do terror. Formou-se de fato na capital libanesa uma infinidade de pequenos grupos político-militares-religiosos abrigados sob a bandeira de um movimento a que se deu o nome de Jihad al Islami (guerra santa do Islã). Todos reivindicam a inspiração religiosa da vertente mais tradicionalista (xiita) do islamismo, que tem no aiatolá Khomeini uma referência espiritual.

A Jihad parece ser com-

preensível apenas como produto da ocupação israelense no Líbano, entre 1982 e 1985, que acendeu a resistência e, em sua seqüência, reabriu a interminável guerra civil iniciada há mais de dez anos. Partiu destes grupos uma série de ações contra tropas israelenses, francesas e norte-americanas-- como os famosos carros-bomba que destruíram em 1983 os quartéis-generais dos marines e dos para-quadistas franceses. Foram também os xiitas libaneses os responsáveis pela onda de atentados a bomba que em setembro passado aterrorizou Paris.

Atacar tropas estrangeiras que ocupam um país, porém, é muito diferente de provocar a morte de cidadãos inocentes de capitais europeias, que não podem ser considerados responsáveis pela política imperialista adotada por seus governos.

Há diferenças também, entre organizar um povo para lutar com armas contra uma ocupação estrangeira, ou um regime ditatorial, e agir isoladamente contra pessoas e instituições, supostamente em nome deste mesmo povo.

CORTINA DE FUMAÇA

Na orientação política e, portanto, na possibilidade de sucesso, se encontra a diferença entre os diversos tipos de ação político-militar que a imprensa internacional procura confundir sob o nome assustador de terrorismo. Experiências como a Frente Sandinista, na Nicarágua, da Frente Nacional de Libertação, na Argélia, ou da Resistência Francesa, durante a ocupação alemã na 2ª Guerra Mundial, mostram que, em certas condições, é útil e necessário aterrorizar os que ocupam o poder para quebrar sua moral e aumentar a confiança do povo em suas forças.

Violência revolucionária, que é o nome certo deste tipo de ação, é uma expressão que, por si, assusta as classes dominantes. Ao falar em terrorismo, o que a grande imprensa procura é lançar cortinas de fumaça sobre as lutas populares, para que elas não possam suportar.

(SQ)



Governo social-democrata manda reprimir estudantes em Madri



Soberania posta em questão

Os conservadores querem ver a Assembleia Constituinte submetida às normas autoritárias da Constituição atual, e querem impedir que ela se posicione sobre temas importantes, como a dívida externa. Preferem concentrar poderes nas mãos de Sarney, mas a articulação progressista cresce, e pode surpreender.

Os 559 constituintes eleitos em 15 de novembro por um eleitorado ansioso por mudanças podem ou não alterar desde já a atual Constituição, escrita pelos militares no tempo da repressão política; eles têm ou não o direito de debater e decidir a respeito de temas tão importantes como a dívida externa, a reforma agrária, a política econômica e o mandato do presidente; eles são ou não são, afinal, soberanos para renovar as estruturas do país. São estas, no momento, as questões que empolgam os deputados e senadores e que despertam a atenção e a interferência do governo, dos militares e da imprensa, num debate que divide novamente progressistas e conservadores e que promete prosseguir ao longo das próximas semanas, sem que seja possível por enquanto prever o seu desfecho.

RESTRINGIR O EXECUTIVO

A polêmica, que de uma forma ou de outra vem se desenvolvendo desde que o ministro José Carlos Moreira Alves instalou os trabalhos da Constituinte, apareceu mais nitidamente a partir do dia 4, quando parlamentares progressistas de vários partidos apresentaram propostas de resoluções estabelecendo que a Assembleia poderá mudar a atual Constituição durante o decorrer de seus trabalhos, e procurando especialmente eliminar da Carta Magna atual dispositivos que conferem poderes extraordinários ao presidente, autorizando-o, por exemplo, a governar por meio de decretos-leis e mesmo a impor severas restrições ao funcionamento do Legislativo.

Bastou isso para colocar em alvoroço os mais conservadores. "Tal proposta equivale a fazer uma autêntica revolução na Constituinte", declarou em plenário, no próprio dia 4, o deputado Gastone Righi (PTB-SP). Ao prosseguir, ele expôs um raciocínio que expressa bem as idéias da direita. Considerou que o poder dos constituintes está limitado pela atual Constituição. E ameaçou: se a Assembleia revogar esta Constituição, também os militares poderão sentir-se desobrigados de acatá-la.

PRESSÕES

Nos dias seguintes uma intensa onda de pronunciamentos e de pressões procurariam reforçar esta estranha tese. Elas partiram de expoentes conservadores no interior da Constituinte, como os senadores Afonso Arinos (PFL-RJ) e Jarbas Passarinho (PDS-PA). Mas partiram também de fora. As baterias da grande imprensa voltaram-se durante dias seguidos contra a proposta dos deputados progressistas, que passaram a ser qualificados como "xiitas". E pelo menos dois ministros do governo Sarney sentiram-se à vontade para opinar sobre o tema. Falando à imprensa sem subterfúgios um deles, Marco Maciel, acabou revelando o motivo principal de suas preocupações: ele disse temer que os trabalhos da Constituinte se transformem "num imenso pinga-fogo, com a possibilidade de os parlamentares se pronunciarem sobre temas conjunturais".

Também do Palácio do Planalto partiram sinais de intranquilidade. Um longo artigo publicado no jornal "O Estado



O plenário da Constituinte: os conservadores não querem que ele tenha poder de decisão sobre os destinos imediatos do país

de S. Paulo" informava, no dia 6, que Sarney, em conversa com parlamentares do PMDB e do PFL, havia classificado como "uma aberração" a tentativa de mudar já a Constituição herdada dos governos militares, tendo manifestado essa opinião inclusive ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães. O presidente da República voltou ao assunto no programa "Conversa ao Pé do Rádio" que foi ao ar no mesmo dia. E partiu mais tarde para ações concretas. Depois de uma articulação que se prolongou por vários dias ele anunciou, no dia 10, a nomeação do deputado baiano Carlos Sant'Anna (do PMDB mas egresso da Arena) para o estranho cargo de "líder do governo na Câmara". Se a Câmara encontra-se paralisada, é óbvio que o que o presidente deseja na verdade é influir com mais desenvoltura nos trabalhos da Constituinte. Assim é que logo na manhã seguinte ao dia de sua nomeação Sant'Anna anunciou, em entrevista ao programa "Bom Dia Brasil", da Rede Globo que iniciaria gestões no sentido de "negociar" a soberania da Constituinte.

"A nomeação de um líder do governo" é uma intromissão indevida nos assuntos constitucionais". Foi esta a reação imediata do senador Jamil Haddad (PSB-RJ) logo após a indicação de Sant'Anna. Haddad expressou o pensamento de vários parlamentares, que se sentiram incomodados com a decisão de Sarney. Mais do que isso, no entanto, sua declaração é um dos sintomas que parecem indicar que os conservadores, depois de vencerem as primeiras votações na Constituinte, correm o risco de serem derrotados quando for a questão da soberania - ou arriscam-se pelo menos a obterem um número de votos bem inferior ao que alcançaram anteriormente.

MILITARES EM AÇÃO

Tanto é verdade que procuram protelar essa decisão, esperando ganhar tempo. No dia 6 o senador Carlos Chiarelli (PFL-RJ) comunicou ao presidente Sarney que estava desenvol-

votação em plenário da matéria, esperando que ela terminasse "esquecida". Menos sutil, o deputado Álvaro Valle (PL-RJ) encaminhou consulta ao Supremo Tribunal Federal para que se pronunciasse sobre a possibilidade da Constituinte alterar a Carta atual, como se coubesse ao Tribunal, e não à própria Assembleia, o direito de decidir sobre o tema. E no dia 11, o deputado Haroldo Lima (PC do B-BA) revelou à T.O. que das manobras os conservadores haviam passado às pressões declaradas: segundo eles alguns assessores do Ministério do Exército estava percorrendo os gabinetes dos parlamentares procurando "convencê-los" a votar contra a soberania da Constituinte.

Haroldo mostrava ainda um certo otimismo sobre a votação da matéria em plenário, expressando contentamento com a articulação das forças progressistas, que ele diz estar avançando. Um dos exemplos disso havia sido a realização, no dia 10, de um encontro entre cerca de 30 parlamentares do PMDB, PDT, PT e PSB e o presidente do PC do B, João Amazonas. "Nesse encontro - disse Haroldo - todos manifestaram a preocupação de constituir um bloco

progressista na Constituinte, com caráter suprapartidário. E ficou claro também o esforço de lutar pela soberania".

Melhor assim. Nos últimos dias vai ficando claro que amarrar as mãos da Constituinte e impedir que ela se pronuncie sobre temas das atualidades, como quer o ministro Marco Maciel, é parte de um plano dos conservadores para implantar uma orientação política e econômica ainda mais à direita. Dessa forma, o jornal "O Estado de S. Paulo", que se pronuncia insistentemente contra a soberania da Constituinte, tem defendido todos os dias a substituição da atual equipe econômica.

Enquanto isso, um comentarista conservador anunciava no mesmo jornal, há alguns dias, o que considera ser o próximo lance do governo Sarney: articular uma insólita "união nacional", que visaria dois objetivos. Primeiro, isolar os setores interessados em exigir transformações profundas no país. Segundo, conquistar o apoio, a "colaboração" e os "conselhos" de um leque de forças que englobaria "antigos ministros da Velha República, de Mário Henrique Simonsen a Delfim Netto e a Roberto Campos".

(Antônio Martins)

Decisões constitucionais propostas pelo PC do B

No intenso debate que se desenvolve em Brasília têm surgido várias propostas que visam assegurar a soberania da Constituinte. Quando fechávamos esta edição o deputado Haroldo Lima, líder do PC do B, preparava-se para apresentar mais uma, de caráter bastante abrangente.

A proposta que Haroldo pretende submeter ao plenário compõe-se de três "decisões constitucionais", que, uma vez aprovadas, poderão segundo ele, "livrar a Constituição atual de seus aspectos mais autoritários", permitindo que o debate a respeito das novas leis do país desenvolva-se num clima de liberdade, dentro e fora do Parlamento.

A Decisão Constitucional nº 1 elimina boa parte do "entulho autoritário". Através dela revogam-se os dispositivos da Constituição atual que permitem a censura às publicações (artigo 30, parágrafo único), estabelecem a aprovação de projetos de lei do Executivo por "decorso de prazo" (artigo 51, parágrafos 3, 4 e 5), permitem a edição de decretos-leis pelo presidente (artigo 55), impedem o Legislativo de decidir sobre matéria financeira (artigo 57), autorizam a Justiça Militar a julgar civis (artigo 129, parágrafo 1º), prevêm a decretação de Medidas de Emergência e do Estado de Emergência (artigos 155 e 158) e proibem greves nos serviços públicos (artigo 162).

A Decisão Constitucional nº 2 confirma a investidura do presidente José Sarney mas revoga o parágrafo 3 do artigo 75, que fixa seu mandato em 6 anos. Estabelece ainda que a duração definitiva do mandato será normatizada pela nova Constituição, em suas Disposições Transitórias.

Finalmente, a Decisão Constitucional nº 3 dá competência à Constituinte, funcionando em regime unicameral, para legislar sobre matéria ordinária. Para tanto prevê que a Assembleia irá se reunir como Congresso Nacional duas vezes por mês, ou sempre que convocada em caráter extraordinário pelo presidente ou por 1/3 de seus membros.



Bomfim: "tradição golpista precisa ser definitivamente rompida"

Barrar o militarismo

Com um discurso veemente, em que condenou a intervenção dos militares na vida política e social do país, o deputado Eduardo Bomfim, do PC do B de Alagoas, estreou na tribuna da Assembleia Constituinte manifestando a preocupação dos comunistas e dos democratas brasileiros com a atribuição das forças armadas a ser definida na próxima Constituição. Segundo ele, dessa definição "dependerá o grau de estabilidade das instituições democráticas do nosso país".

Eduardo Bomfim iniciou seu pronunciamento lembrando que ao longo da história republicana no Brasil "as Forças Armadas romperam dezenove vezes com a ordem constitucional" e afirmou que "é exatamente essa tradição golpista e intervencionista que precisa ser definitivamente rompida".

INTENSA E PERIGOSA

"Com o advento da chamada Nova República - prosseguiu - diversas autoridades, inclusive o próprio presidente Sarney, têm falado muito na volta gradativa dos militares aos quartéis, mas não é isto que estamos vendo: a intervenção dos militares na vida política do país continua sendo intensa e perigosa". O constituinte comunista afirmou que "a intervenção militarista ganha cada vez mais as manchetes, numa escalada de gravíssimas proporções, e torna-se mais grave devido à complacência, à cumplicidade ou à conivência do governo Sarney".

Bomfim lembrou, para ilustrar seu pronunciamento, diversos episódios recentes onde ocorreram ações militares contra civis pacíficos, como na greve geral de 12 de dezembro

"quando os militares jogaram tanques e soldados na rua contra trabalhadores que realizavam, indefesos, um movimento justo". Recordou também a "ação provocadora de grupos paramilitares durante os protestos populares em Brasília, e a expulsão de posseiros por tropas do Exército, dia 4 de fevereiro, em Santa Catarina".

"Além desses fatos - prosseguiu - vemos todos os dias declarações de líderes expressivos da chamada Nova República pregando a intervenção das Forças Armadas na 'defesa da ordem interna'. E mais recentemente tivemos o ridículo e desnecessário cerco de tropas militares ao Congresso Nacional para impedir a aproximação do povo na solenidade de instalação desta Assembleia Constituinte. Essas intervenções não podem se repetir, e muito menos durante o funcionamento da Constituinte" - afirmou.

DESEJO DA MAIORIA

"Enquanto nós discutimos aqui exatamente o papel das Forças Armadas, lutando para torná-las exclusivamente em defesa da nossa integridade territorial e da nossa soberania nacional, não podemos observar calados a continuidade da ação policial dos militares colocando suas tropas contra os trabalhadores e contra o povo e mantendo-se na mesma linha intervencionista que pretendemos abolir", afirmou o deputado, advertindo que "a continuidade dessas ações compromete inclusive a própria soberania desta Assembleia Constituinte". Bomfim concluiu afirmando que a volta dos militares aos quartéis deve ocorrer desde já: "pois assim desobrigamos o povo brasileiro".

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL - PCdoB



18 de fevereiro - Ato comemorativo: 25 anos de reorganização! 65 anos de luta!

CONVITE

Temos a satisfação de convidá-lo para a solenidade de comemoração dos 25 anos de reorganização e 65 de fundação do Partido Comunista do Brasil - PCdoB, a ocorrer dia 18 de fevereiro, às 19 horas, no Plenário da Assembleia Legislativa de São Paulo, av. Pedro Álvares Cabral, s/n, Ibirapuera, nesta Capital. Na ocasião contaremos com a presença de João Amazonas, presidente nacional do PCdoB

Diretório Regional do Partido Comunista do Brasil - SP

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

Quem ganha e quem perde com a inflação no Brasil

Junto com a alta desenfreada dos preços, ganha espaço a polêmica em torno das causas e efeitos da inflação brasileira. A burguesia busca vender uma imagem onde o fenômeno aparece como um mal que atinge indistintamente todas as classes e segmentos da sociedade. Mas, como se verá, isto não corresponde à realidade. Em geral, os grandes grupos econômicos saem beneficiados, enquanto os trabalhadores são os mais prejudicados.

A ganância despertada nos capitalistas após o congelamento dos preços, em março do ano passado, teve o mérito de patentear o verdadeiro conflito que conduz à inflação: trata-se, em primeiro

lugar, do interesse do capital em ampliar seu lucro a qualquer preço. São os empresários, especialmente os grandes, que pressionam os preços, que patrocinam a indústria das remarcações. São

CAUSA E EFEITO

Não foi sem razão que as massas populares abraçaram com entusiasmo a bandeira do congelamento. Os trabalhadores só têm a perder com a inflação. O poder aquisitivo dos salários cai diariamente. Nas atuais condições, muito embora a escala móvel seja uma limitação às perdas salariais, a manipulação do índice e as artimanhas introduzidas na regulamentação do gatilho impedem a recuperação plena da capacidade de compra, ampliando, assim, o arrocho.

O estrago que provoca sobre a remuneração dos trabalhadores é a principal virtude da inflação do ponto de vista da burguesia. Isto porque, de uma forma geral, tudo que é produzido na sociedade capitalista no final das contas se divide em salário e lucro (este, por sua vez, se subdivide em juros, impostos, aluguéis, lucros industrial e comercial).

Com a depreciação dos salários, portanto, aumentam os lucros apropriados pelo capital, cresce a taxa de exploração do operariado. Pode-se dizer com segurança que é a pressão do empresariado no sentido de ampliar seus lucros a causa mais profunda (e mais remota) da inflação, o que, não custa repetir, ficou evidenciado nos últimos meses.

PREÇOS RELATIVOS

Conclui-se, portanto, que o

capital sai beneficiado. E muito. Mas é preciso observar que este aumento da taxa de exploração dos trabalhadores, e por consequência do lucro, ocorre na esfera do capital social, ou seja, do capital tomado como um todo. Isto é, há um crescimento da massa de lucros em toda a sociedade, pois o que deixa de ser pago aos assalariados é apropriado pelos empresários.

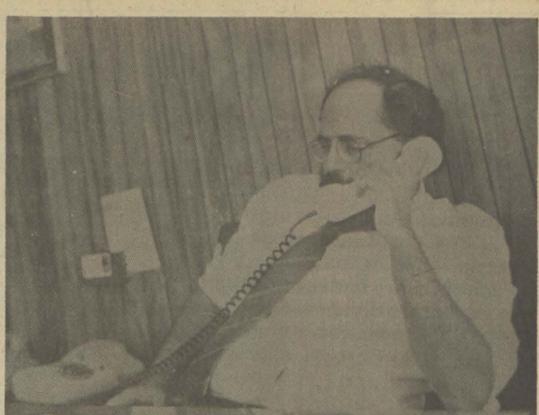
Porém, a inflação tem ainda o efeito de redistribuir os lucros entre os capitalistas de forma desigual, instalando entre eles uma acirrada disputa. Não é difícil saber a razão deste fenômeno. A variação do nível de preços não é uniforme, não mantém a proporção entre os preços das diversas mercadorias. Se assim fosse, caso os preços dos diferentes produtos (e inclusive da mão-de-obra) subissem com a mesma velocidade e intensidade, o efeito da inflação seria nulo.

Do contrário, o processo inflacionário é, por convicção, anarquista, evolui segundo interesses conflitantes de diferentes ramos da economia. Os preços de alguns bens sobem mais que o de outros. Por isto, dá-se um desarranjo na relação entre os preços, gerando o que alguns economistas denominam de "desalinhamento dos preços relativos". Introdz-se, por esta via, uma briga infernal no seio da burguesia em torno da redistribuição dos lucros entre seus pares.

DÍVIDA EXTERNA

De tudo que foi dito, facilmente se deduz que a inflação expressa a luta de classes encarnada que dilacera a sociedade capitalista. Sobressai o confronto entre capital e trabalho, mas também somam as contradições existentes entre as diversas frações da burguesia. É bom notar, de passagem, que os economistas nem sempre gostam de enxergar essas relações e preferem analisar o fenômeno unicamente como produto de distúrbios na emissão e circulação da moeda.

Vale, finalmente, comentar que no caso atual do Brasil, a inflação provém fundamentalmente dos desequilíbrios provocados pelo pagamento da dívida externa. Os juros enviados aos banqueiros estrangeiros significam, na realidade, uma dedução sobre o lucro global gerado internamente. Os demais capitalistas reagem pressionando no sentido de ampliar a taxa de exploração dos trabalhadores para aumentar o tamanho do bolo (ou a massa de lucros) e preservar a parte relativa a cada um no banquete. Os mecanismos pelos quais isto ocorre e se faz necessário já são tema de outra história.



Mendonça, ex-presidente da Câmara: "Legislativo fraco"

Mendonça explica a vitória de Jânio na Câmara de SP

Com a derrota do PMDB para a presidência da Câmara Municipal de São Paulo, houve o salto de qualidade há tempos sendo urdida pelo prefeito Jânio Quadros no sentido de submeter totalmente esta que é a câmara legislativa municipal mais importante do país. O ex-presidente desta casa, vereador Marcos Mendonça, foi ouvido a respeito pela Tribuna Operária:

TO - Como o vereador vê o processo de abastardamento a que a Câmara vem se curvando, especialmente após a vitória de um vereador do PDS para a presidência da mesa?

Mendonça - Explico este fenômeno a partir do enfraquecimento constante do Poder Legislativo nestas últimas décadas. O consequente fortalecimento do Executivo, impedindo que se possa efetivamente alterar projetos oriundos do Poder Executivo, a prática sistemática das imposições por decurso de prazo, a falta de plenas prerrogativas parlamentares e a ausência da consciência do papel que os vereadores têm a exercer em nossa sociedade, levou a uma situação crítica onde o prefeito se mostra intransigente, arrogante, interessado na desmoralização do Poder Legislativo municipal. Mais recentemente, com a aprovação por decurso de prazo do projeto das garagens subterrâneas, evidenciou-se de forma absurda o desrespeito, a absoluta falta do interesse público na apresentação, articulação e discussão de um projeto tão polêmico.

TO - Como o sr. encara a perspectiva dos setores progressistas desta Câmara?

Mendonça - Será preciso debater em profundidade o problema do fortalecimento do Poder Legislativo na Constituinte. Numa cidade como São Paulo, onde os vereadores representam milhões de cidadãos, seria preciso ampliar o número de vereadores para que essa representação pudesse efetivar-se. Um vereador por São Paulo tem o dever de lutar por aquelas questões do dia a dia do povo, mas também é legítimo porta-voz dos interesses maiores da coletividade, principalmente a nível institucional.

propaganda dos temas constitucionais. Qual o balanço deste trabalho?

Mendonça - O espaço da discussão dos temas constitucionais foi drasticamente reduzido em função da coincidência das eleições proporcionais e majoritárias. Grande parte do eleitorado votou inconscientemente nos constituintes. Agora é fundamental a criação de canais através dos quais o povo possa participar da elaboração da nova Carta Magna. O Estado de São Paulo tem sua contribuição a dar especialmente sobre os problemas metropolitanos.

TO - Qual o plano de luta contra os desvios e falcaturas do sr. Jânio Quadros?

Mendonça - É de se apoiar e desenvolver as mobilizações de todas as entidades populares e de representação profissional, movimentos de preservação da ecologia e da defesa ambiental, para não permitir a liquidação do que ainda resta de áreas verdes da nossa capital. Além disso estamos tomando providências jurídicas para embargar a seção que deu por aprovado por decurso de prazo o projeto janiista. A seção ocorreu repleta de irregularidades, com a falta de regularidade na convocação de reuniões regimentais.

TO - Como o sr. analisa a derrota sofrida pelo PMDB na última eleição para a mesa desta casa?

Mendonça - Foi, sem dúvida, grave perda de espaço democrático. Esta derrota somou-se àquela da última eleição para prefeito e aponta para a necessidade da criação de um Diretório Municipal de São Paulo para que o PMDB possa acompanhar mais de perto os problemas e necessidades do partido na capital. O enfraquecimento do Poder Legislativo propiciou ao prefeito um poder muito grande de intervenção e de cooptação dos vereadores sem um compromisso maior com a população paulistana, interessados apenas em resolver problemas pessoais e de grupo sem ter em vista o interesse maior da coletividade. Até companheiros do próprio partido foram vergados e hoje se encontram desvinculados da bancada. Existe, inclusive, por iniciativa de inúmeros diretórios distritais, o pedido de expulsão desses vereadores, que está sendo analisado pela comissão de ética partidária.

A queda de Bracher

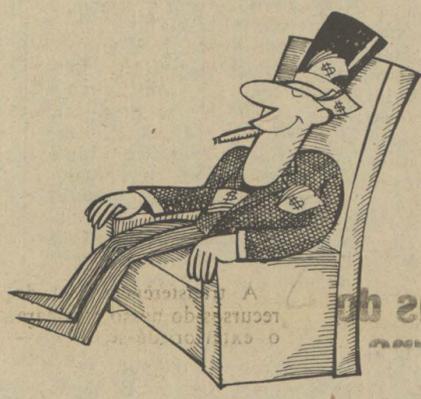
O agravamento da crise econômica e o crescimento das divergências dentro da equipe do governo acabaram provocando a queda do ex-presidente do Banco Central, Fernão Bracher, na semana passada. Ele foi substituído por Francisco Gros, ex-diretor do Unibanco. O diretor da Área Bancária do BC, Pêrsio Arida, também se demitiu.

Bracher vinha acumulando conflitos com o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, em diferentes campos da política econômica. Entre outras coisas, defendia uma tática de concessões ainda maiores aos banqueiros estrangeiros, compreendendo, inclusive, um acordo com o FMI. Era partidário também da orientação do

BC no sentido de elevar as taxas de juros.

Por essas e outras, sua demissão foi exigida com insistência por economistas e políticos do PMDB. A substituição realizada na semana passada, entretanto, não merece ser encarada como uma mudança expressiva. Mesmo um declínio relevante das taxas de juros é improvável, já que a inflação continua em alta.

Já a alternativa que o Ministério da Fazenda está preparando para a política econômica (aplicação de um novo "choque" no quadro de um crescimento de preços ainda mais violento) não promete alterar o cenário de crise, a não ser possivelmente para agravá-lo.



A nação alerta com o movimento do campo

O governo liberou, no dia 10, o "pacote agrícola". Mas mesmo assim os produtores realizaram protestos no dia 12, em Brasília. O chamado "Dia Nacional de Alerto do Campo à Nação" não contou, porém, com o apoio da Confederação dos Trabalhadores na Agricultura, Contag. O movimento não assume a principal reivindicação dos trabalhadores: a reforma agrária.

Durante várias semanas, produtores rurais prepararam a manifestação do dia 12, levando seus caminhões, tratores e máquinas agrícolas para as ruas da cidade. Fecharam agências de bancos, interromperam o trânsito das estradas, distribuíram mantimentos para a população carente, queimaram sacos de soja, milho e café.

Estes protestos contra a política econômica do governo aconteceram principalmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Foi criada uma "Frente Ampla Agropecuária" que organizou e dirigiu o movimento.

Este não é o primeiro ano que o povo brasileiro vê agricultores com suas máquinas nas ruas pressionando o governo, a fim de conseguirem melhores condições de crédito, juros menores e preços maiores para seus produtos. Mas o movimento atual tem diferenças políticas importantes dos realizados nos outros anos.

UM GRITO PARADO NO AR

Em 1984, por exemplo as cooperativas de produtores de trigo e soja do Rio Grande do Sul (principalmente a Fecotrigro e Centrasul) organizaram o chamado "Grito do Campo". Foi o primeiro grande protesto contra a

política agrícola de 20 anos de regime militar, que estrangulava o setor. A grande manifestação, que chegou a reunir mais de 40 mil produtores, teve repercussão nacional. Pequenos, médios até alguns grandes proprietários de terras e lavradores sem terra participaram do protesto. A sua pauta de reivindicações incluía, com destaque, a reforma agrária.

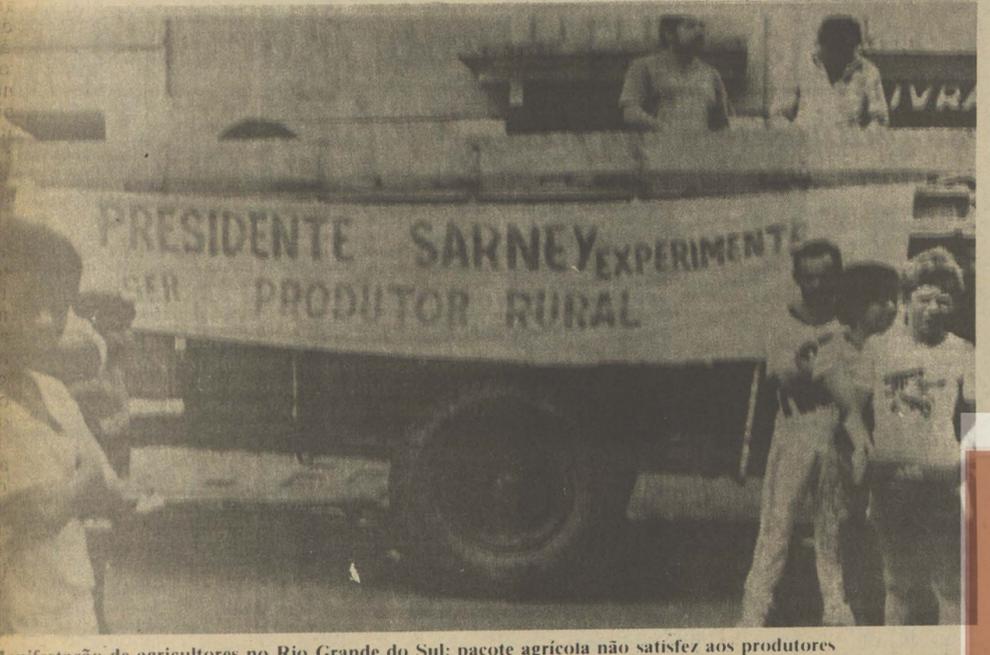
TENTATIVA DE MANOBRA

O que vemos agora, em 1987, é que a "Frente Ampla Agropecuária" não é tão ampla assim. Eliminou de sua pauta de reivindicações a reforma agrária e se apresenta como uma articulação dirigida por grandes empresários e latifundiários.

A presença da União Democrática Ruralista, a famigerada UDR, na liderança desta frente indica a tentativa de manobrar o movimento para um rumo reacionário, de oposição à reforma agrária.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, Contag, e os sindicatos de trabalhadores rurais não apoiam a Frente Ampla Agropecuária. Justamente por este seu caráter retrógrado, e chama os pequenos e médios produtores a romperem com a articulação da UDR.

As entidades de trabalhadores rurais exigem do governo uma política agrícola que favoreça aos pequenos produtores, responsáveis pelo grosso da produção de alimentos no Brasil, e apresentação à Assembleia Nacional Constituinte suas propostas. Dentre elas, com destaque, a reforma agrária anti-latifundiária - pavor das lideranças da UDR (Gilda Santos)



Manifestação de agricultores no Rio Grande do Sul: pacote agrícola não satisfaz aos produtores

Advertisement for 'Presença da Mulher' magazine. It features a photo of Jandira Feghali and text: 'Presença da MULHER', 'JANDIRA FECHALI', 'O triunfo de uma proposta', 'Adquira já seu exemplar. Pedidos à Editora Libertate Mulher e a Brinca Editora, Rua da Liberdade, 1.511, São Paulo, CEP 01317. Apenas Grs 15,00.'

LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

Alternativa de poder do povo

Está claro hoje, para a maioria dos trabalhadores, que o governo Sarney não tem condições de realizar as mudanças que o país necessita. Mas ao fazer oposição, coloca-se para o movimento popular a questão prática de encontrar o caminho para alcançar um novo governo.

CORRELAÇÃO DE FORÇAS

Para certas correntes este problema é colocado de forma simplista. É como se fossem fazer a revolução baseadas em meras declarações arrojadadas. Parece que o poder burguês permanece de pé apenas pela presença de determinada pessoa na Presidência da República. Não levam em conta que o Estado se apóia num complexo sistema de forças políticas, numa vasta burocracia e, o que deve ser levado muito em conta, na força policial-militar.

Por isto mesmo, as mudanças de governo que são feitas sem a presença de uma crise política e sem um movimento de massas poderoso que empurre o processo rumo a transformações estruturais, são as promovidas pelas próprias classes dominantes, através de golpes de Estado. Os brasileiros já estão escolados com estas coisas.

Sendo assim, para fazer oposição seqüente, é imprescindível ter como referência a correlação de forças. E no caso atual, em particular, é necessário levar em conta que existem hoje dois tipos de oposição ao governo: a da direita e a do movimento popular. A direita trata de fazer o governo ceder cada vez mais aos interesses do capital estrangeiro, do empresariado e do latifúndio e, como alternativa, conspira para ter condições de formar um governo mais a seu gosto, se for necessário. As forças populares, na sua atuação, devem levar isto em conta para não fazer o jogo dos inimigos.

ALTERNATIVA POPULAR

A oposição popular deve, portanto, ao defender seus interesses em cada questão concreta, ter como objetivo criar junto às massas uma alternativa concreta de poder. Será uma atividade em duas frentes. De um lado contra a política do governo, que cede às pressões do capital estrangeiro e que tenta atacar a inflação jogando novos sacrifícios sobre as costas do povo. De outro, contra a ofensiva do imperialismo e dos reacionários brasileiros. Em torno destas questões, mobilizar e organizar o povo, acumular forças para ter condições de se transformar num pólo de poder nos momentos dos grandes embates.

Durante quase 20 anos a oposição à ditadura militar não contava concretamente com uma alternativa de poder. A situação só se alterou com o poderoso movimento das diretas-já e com a divisão no esquema político que sustentava o regime. Mas mesmo nestas circunstâncias ainda não foi possível ao povo tomar a dianteira do processo. E o novo governo que se formou foi encabeçado pelos setores burgueses da oposição. Não foi uma solução de acordo com a vontade deste ou daquele partido mas sim em função da correlação de forças existentes.

VISÃO ESTRATÉGICA

Não se trata portanto de encontrar soluções tiradas do bolso do colete, mas de atuar na oposição tendo em vista a perspectiva estratégica do proletariado de substituir o regime burguês por uma democracia popular em marcha para o socialismo. Não se trata também de criar a alternativa de um partido ou de um grupo mas de ajudar concretamente o povo a fazer sua própria experiência, elevar seu nível de consciência e marchar para soluções revolucionárias dentro de uma ampla frente de forças interessadas na democracia e no progresso.

(Rogério Lustosa)

Governo sacrifica o povo mas salva os lucros dos credores

O Brasil defronta-se, mais uma vez, com uma grave crise no seu balanço de pagamentos (que contabiliza as transações do país com o exterior), comparável à de 1982, quando o governo militar entregou a economia ao comando do Fundo Monetário Internacional. As soluções da burguesia para superar o problema enquadram-se nos estreitos limites do modelo econômico dependente, com ênfase nos estímulos às exportações.

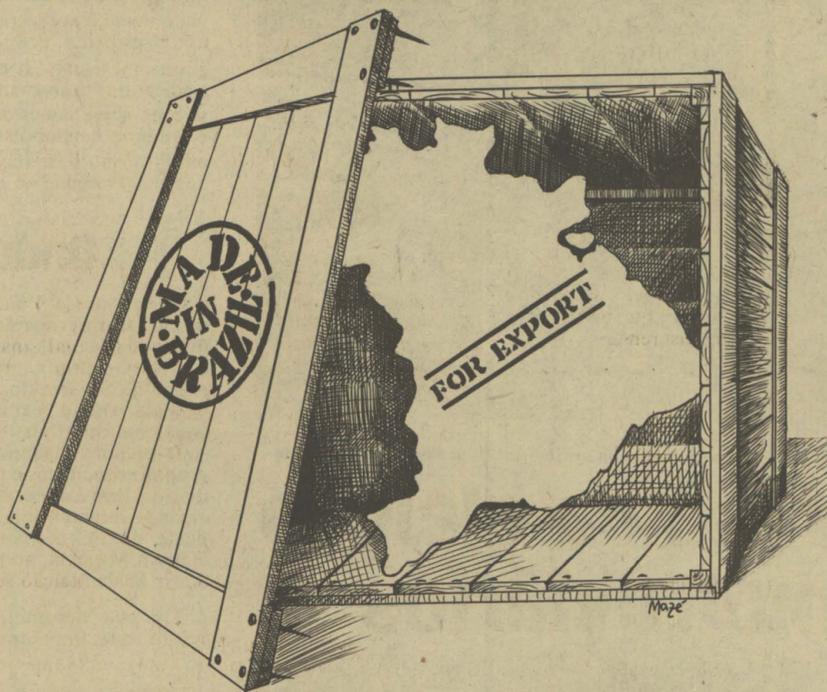
Somente em outubro de 1986, o governo gastou 1,211 bilhão de dólares das reservas internacionais para acertar as contas com o exterior, conforme informações divulgadas pelo Banco Central no início deste mês (como de hábito com 90 dias de atraso).

A utilização das reservas se explica, entre outras coisas, pela drástica redução das exportações. Naquele mês, elas superaram as importações em apenas 210 milhões de dólares. Um superávit comercial pequeno se comparado aos 840 milhões de dólares de setembro e 1,02 bilhão de agosto. E sobretudo insuficiente para fazer frente aos pesados encargos da dívida externa e outros rendimentos do capital estrangeiro.

Embora ainda não se disponha dos dados oficiais, é certo que a situação piorou. O superávit comercial foi de 131 milhões de dólares em novembro e de 156 milhões de dólares em dezembro; em janeiro, é provável que tenha sido ainda menor.

Balança de pagamentos acumula problemas

Computados os 12 meses de 1986, o saldo da balança entre exportações e importações foi de 9,527 bilhões de dólares, 23,7% menor que o do ano anterior (de 12,486 bilhões de dólares) e inferior também às previsões iniciais do governo (em torno de 12,5 bilhões de dólares). Segundo estimativas feitas pelo Banco Central, somente de juros devidos aos credores estrangeiros seriam pagos 9,3 bilhões de dólares no ano passado; o déficit com outros serviços teria ultrapassado a casa dos 3 bilhões de dólares (sendo 1,2 bilhão de remessa de lucros e dividendos); e a conta de capitais registrado uma saída líquida de 890 milhões de dólares (cafe aqui assinalar que a situação ficou ainda mais grave em função do comportamento das multinacionais, no sentido de



de aumentar a remessa de lucros, reduzir investimentos e reinvestimentos e repatriar capital. Contou igualmente o subfaturamento das exportações, que, segundo alguns economistas, resultou numa evasão de 800 milhões de dólares).

Como nada indica que a quantidade de recursos que o país foi obrigado a transferir mês a mês ao exterior tenha sido reduzida, pode-se estimar que as reversas internacionais (de 5,566 bilhões em outubro) estejam atualmente em um nível abaixo do crítico, situando-se (num cálculo otimista) por volta de 2 bilhões de dólares, o que sequer é suficiente para pagar dois meses de importações.

Medidas do governo aprofundam a crise

É um quadro sombrio. Também não é nada animador o caminho que o governo vem trilhando para sair do buraco. Muito embora mantenha uma postura de certa resistência aos interesses dos banqueiros, bem como a retórica de que é preciso encontrar fórmulas novas de enfrentar o problema, ele ruma para soluções de caráter imediatista, que aprofundam a dependência do país a médio e longo prazo.

Por um lado, mendiga empréstimos (pomposamente chamados de "dinheiro novo") junto à comunidade financeira internacional; por outro, trata de conceder novos incentivos às exportações, reeditando, embora com um certo acatamento, o slogan "expor-

tar é a solução".

Pela via do "dinheiro novo", tão ansiosamente desejado, o que virá, evidentemente, é o crescimento da dívida externa do país (já insuportável), traduzindo-se mais tarde em juros ainda mais volumosos. A saída pelo lado das exportações não é menos pior.

Os economistas costumam denominar de "excedentes exportáveis" as mercadorias destinadas ao mercado externo, querendo dizer com isto que são sobras do mercado interno, bens que excedem à capacidade e necessidade de consumo do país. A expressão é até elegante, mas aplicada a uma economia como a brasileira resulta uma imagem amargamente grotesca.

A transferência real de recursos do nosso país para o exterior dá-se precisamente pelo saldo da balança comercial, pela quantidade de bens que exporta além do que importa. Nos últimos anos, o Brasil tem sido forçado a gerar grandes superávits comerciais para pagar os juros de sua dívida externa (ou, dizendo de outra forma, exclusivamente com a finalidade de adaptar sua economia às exigências de acumulação e expansão do capital financeiro internacional).

Exportar mais e importar menos?

Esses feitos têm sido até contados como grandes êxitos, especialmente pelo ex-ministro Delfim Netto. Mas a realidade é que implicaram, e ainda implicam, em acentuar o empobrecimento do povo e da nação. A maneira brusca com que as coisas foram ajustadas agravaram ainda mais a crise econômica e social do país.

Em 1978, o país exportou um valor equivalente a 12,65 bilhões de dólares. No auge do "ajuste interno", o ano de 1984, as exportações alcançaram 27 bilhões de dólares (15,3 bilhões a mais). Chegamos a importar, em 1980, 23 bilhões de dólares; em 1985, as importações caíram para 13,16 bilhões de dólares).

Uma reviravolta deste nível, e em tão pouco tempo, não poderia ser realizada apenas com o incremento dos ramos da economia voltados basicamente para o mercado externo. Isto também ocorreu, dando continuidade à tradição de dependência (basta lembrar que, enquanto a produção de soja, açúcar e outras culturas destinadas à exportação apresentaram altos índices de expansão nos últimos anos, a produção de grãos para alimentação da população brasileira permanece estagnada há décadas).

No caso da soja, a área plantada aumentou 19,4% entre 1982 a 1985, enquanto a área plantada de arroz declinou 12,8% no período). Entretanto, os estragos foram ainda maiores.

Com efeito, setores voltados exclusivamente para o mercado interno passaram a reorientar a produção com o objetivo de colocar suas mercadorias à venda no exterior, graças às mil e uma vantagens artificialmente criadas pelo governo.

Não foi à toa que, em meados do ano passado, a Federação das Cooperativas de Arroz do Rio Grande do Sul (Fearroz) sugeriu aos ministérios econômicos do governo a proibição de exportação de caminhões, desviando sua produção apenas para o mercado interno, como forma de evitar um colapso no transporte da colheita de arroz.

Aumentar sacrifícios, reduzir o consumo

O empresário Arnaldo de Souza Pinto, da Rede Souza Pinto de Pneus, também sugeriu a redução ou suspensão das exportações de pneus para regularizar o mercado interno. Igualmente foi reclamada a diminuição das exportações de autopeças (que no ano passado representaram cerca de 1,4 bilhão de dólares), diante da patente crise de fornecimento às montadoras de automóveis. O próprio governo viu-se na contingência de limitar as exportações de ferro-gusa e alumínio.

Para citar mais um exemplo, não obstante as restrições ensaiadas pelo governo, foram exportadas mais de 500 mil toneladas de carne no ano passado (o Brasil, ao que parece, ainda mantém a honrosa posição, conquistada em 1985, de segundo maior exportador desse produto, por aqui muito raro nos supermercados e açougues. No caso da carne bovina, o desempenho das vendas ao exterior foi realmente formidável, depois que o governo Figueiredo aumentou para 17% a alíquota do ICM sobre o produto quando destinado ao mercado interno e instituiu um crédito-prêmio de 9% para as exportações que, então, saltaram de 5,726 toneladas em 1980 para nada menos que 174.501 em 1984 - elevação superior a 3.000%. É claro que, para compensar a proeza, o consumo interno desceu de 21 quilos por pessoa ao ano para 13,8 quilos no período).

Chamar tudo isto de formação e comercialização de "excedentes exportáveis" chega a ser platano. O que é que o pagamento da dívida externa, sendo feito às

custas de um intenso choque da oferta interna de mercadorias. Tanto por meio do aumento das exportações quanto pela brusca diminuição das importações, o resultado foi a compressão violenta do consumo, produtivo (bens intermediários, matérias-primas, máquinas, etc.) e improdutivo (às expensas do consumo popular principalmente). O empobrecimento do país ocorreu, conseqüentemente, por duas vias: redução da capacidade aquisitiva do seu povo e da capacidade de poupança e investimento, sacrificando o crescimento a médio e longo prazo.

Banqueiros continuam no mar de rosas

O custo foi ainda maior quando se considera que, para viabilizar o ajuste, tornou-se indispensável jogar o país na recessão, sendo que até hoje indústria e agricultura não alcançaram o nível da produção per capita do início da década. Um outro agravante foi a deterioração das relações de troca. Segundo informações do FMI, os produtos básicos estavam sendo cotados no ano passado a preços 30% inferiores à média histórica de longo prazo. As mercadorias brasileiras estão sendo comercializadas no exterior aproximadamente pela metade do preço de alguns anos atrás (comparativamente ao valor das importações).

A continuidade da política econômica atual, voltada para a obtenção de grandiosos superávits comerciais é, por tudo isto, oposta aos interesses nacionais. O próprio ministro da Fazenda, Dilson Funaro, sabe bem disto. Chegou a assegurar que conseguir neste ano um saldo superior a 8 bilhões de dólares na balança entre exportações e importações implica em sacrifícios extras exagerados, é pedir demais ao povo.

Paulo Nogueira Batista Júnior, da Fundação Getúlio Vargas e assessor do ministro da Fazenda, também admitiu que um superávit de dólares pode inviabilizar o crescimento da economia. Na realidade, mesmo o envio de recursos no montante de 8 bilhões de dólares é uma carga demasiadamente pesada. Não obstante, o governo trabalha com uma hipótese ainda superior; na decantada renegociação com o Clube de Paris, o número que levou como projeção do saldo comercial deste ano foi de cerca de 10,4 bilhões de dólares. E, embora não tenha ainda admitido a maxidesvalorização do cruzado, já tomou diversas medidas de incentivo às exportações, entre elas a redução de impostos, e desvalorizações aceleradas do cruzado em relação ao dólar. Tratou igualmente de impor novas restrições às importações, inclusive proibindo a compra de 2,5 mil novos tipos de produtos (iniciativa de cunho claramente recessionista, uma vez que a lista inclui matérias-primas industriais sem similar nacional).

A tática do governo, neste sentido, não difere em muito das que foram utilizadas até o momento. Tem como centro a compreensão de que as coisas devem ser arrumadas de forma a não comprometer o lucros dos banqueiros estrangeiros, isto é, os juros da dívida externa, procurando negociar apenas as condições de pagamento. Por isto, ele vai num caminho contrário ao do movimento popular, que exige o fim imediato da sangria do país pelos interesses internacionais. (Umberto Martins)

DE OLHO NO LANCE

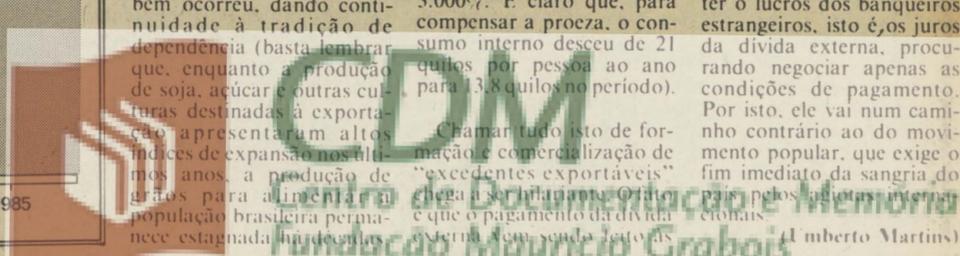
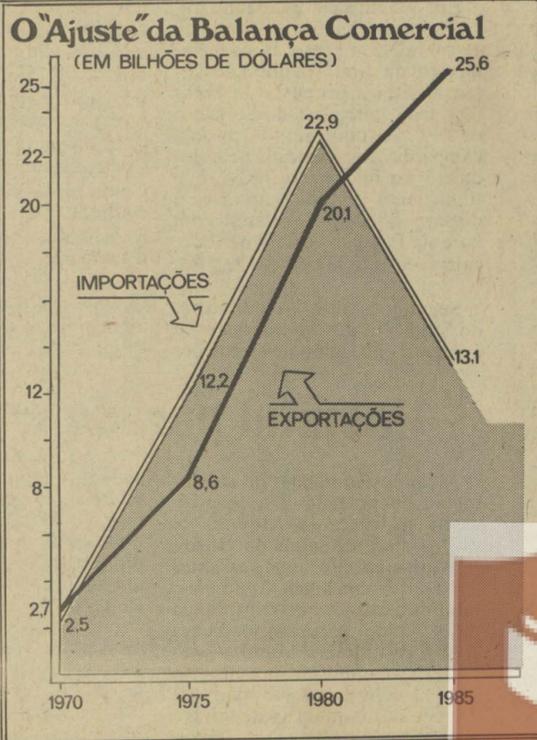
Os blocos

Recentemente o presidente do PMDB, da Câmara Federal e da Constituinte, Ulysses Guimarães, afirmava que na Constituinte não se podia admitir a formação de blocos interpartidários. Agora o presidente Sarney acaba de nomear o deputado Carlos Sant'Anna líder do governo e da maioria na Câmara - e comenta-se que informalmente ele será o líder do governo também na Constituinte.

Alguma coisa anda desafiada nesta questão. Líder da maioria não quer dizer líder do bloco PMDB-PFL? Como é que fica então a investida do presidente do PMDB contra a formação de blocos?

O que vai se percebendo é que não há na verdade nenhuma contradição. O que o sr. Ulysses Guimarães pretendia era simplesmente combater a criação e blocos interpartidários que contestassem a maioria conservadora. Não queria que os pequenos partidos procurassem formas de ação conjunta para conquistar o espaço que lhes está sendo negado. Nem a possibilidade de setores do próprio PMDB se alinharem com parlamentares de outros partidos na formação de um bloco progressista na Constituinte.

A realidade exige a articulação das forças democráticas na Constituinte. E o governo já trata de oficializar o bloco conservador.





A diretoria que sempre esteve à frente das lutas, como na greve de abril passado, foi derrotada

A surpresa na eleição dos metroviários

Causou grande impacto o resultado da eleição no Sindicato dos Metroviários de São Paulo, realizada na semana passada. Apurada as urnas, no dia 7, a chapa de oposição obteve 1.748 votos contra 1.440 dados à chapa 1. Até mesmo os ativistas da CUT, que articularam a oposição, ficaram surpresos. Agora os metroviários passam a avaliar em profundidade o pleito.

"Ninguém esperava esse resultado". O comentário de Wagner Gomes, membro da Chapa 1, expressa bem a expectativa que existia tanto no conjunto do sindicalismo como na própria base metroviária. Todos apostavam numa vitória folgada da situação, levando em conta o trabalho sério e atuante desenvolvido pela atual diretoria e a representatividade da Chapa 1 - que reunia as principais lideranças da categoria (veja TO n. 296).

Mesmo os articuladores da oposição não tinham grandes pretensões no pleito. Paulo Azevedo, encabeçador da Chapa 2, chegou a reconhecer que o objetivo era apenas o de marcar posição e reforçar uma concepção sindical na base. Um dia antes do pleito, integrantes da oposição inclusive visitaram setores do Metrô preparando psicologicamente seus apoiadores para a esperada derrota eleitoral. Durante a apuração, demonstraram um misto de alegria com grande perplexidade!

Já na base metroviária a reação foi diferente. Conhecido o resultado das urnas, nas áreas mais organizadas da categoria começou um movimento espontâneo de rechaço à diretoria eleita. Muitos anunciaram que se desligariam do sindicato, rasgariam suas carteiras de sócios. Os operadores de trem, que formam um setor essencial na empresa, articularam no mesmo dia uma reunião, decidiram fundar uma associação paralela e até elegeram o presidente - o próprio Wagner Gomes, encabeçador da Chapa 1. Este, posteriormente, teve que dissuadir seus companheiros, demonstrando que aquela atitude só enfraqueceria a unidade da categoria.

VOTO POLÍTICO

A votação teve um nítido conteúdo político. A Chapa 1 venceu com ampla margem (sempre acima de 70%) exatamente nas áreas estratégicas e mais organizadas da empresa, como na manutenção, operação e rodoviária. Os dois primeiros setores são chaves. Eles é que põem em funcionamento os trens que conduzem diariamente 1,6 milhão de paulistanos. Também são eles que formam a parcela mais combativa e organizada da categoria.

Por sua vez, a Chapa 2 conseguiu superar essa vantagem com a votação que teve nos setores mais atrasados da companhia, como na administração e nas estações. No primeiro estão principalmente os técnicos e os funcionários com postos de mando. No segundo, predomina a dispersão. E aonde



Wagner: "Não vamos abandonar o sindicato, nem nos dispersar"

é mais difícil o trabalho sindical. Os funcionários trabalham em 40 estações, sempre em pequenos grupos, revezando-se em quatro escalas.

AValiação INICIAL

Passado o choque da apuração, os metroviários passam agora a tentar explicar o resultado eleitoral. Na noite de terça-feira, dia 10, mais de 40 apoiadores da Chapa 1 se reuniram na sede sindical para fazer um primeiro balanço e discutir as formas de ação organizada daqui para frente.

A composição de uma ampla e complexa frente de oposição à atual diretoria foi uma das razões apontadas pela Chapa 1 para explicar a derrota. Nela estariam incluídas a direção do Metrô, setores organizados da direita na empresa e também forças de esquerda - o PT e o inexpressivo PCB.

No caso da companhia, foi visível sua tentativa de desgastar o sindicato nos seis meses que antecederam as eleições. O Metrô rompeu vários acordos firmados: o pagamento do adicional de periculosidade foi atrasado em cinco meses; o reajuste salarial, acertado entre 10 a 23%, foi negado na véspera do pleito; os dias parados nas greves do ano passado foram descontados.

"Isso não foi uma mera coincidência", observa Wagner. Para ele, "a empresa quis desgastar a atual diretoria e, na sequência, a Chapa 1". Prova disso é que o vice-presidente do Metrô, Cantídio Filardio, declarou abertamente que "para a empresa é preferível a vitória da Chapa 2".

Quando aos setores de direita articulados na companhia, foi intensa e aberta a campanha em prol da oposição. Constituída basicamente de chefes e gerentes, oriundos na maioria do governo Maluf, estes queriam se vingar da atual diretoria. Durante os últimos três anos, eles perderam o poder de mando que possuíam devido à pressão do sindicato.

E com relação as forças de esquerda, estas esqueceram suas divergências e cerraram fileiras no combate à atual gestão - que identificaram como sendo do PC do B. No caso do PT, este tinha nove diretores na atual diretoria. Mas todos abandonaram seus cargos e responsabilidades após perderem as batalhas político-sindicais. Já o PCB, com pouca presença na base, somou-se ao PT.

Wagner Gomes, emitindo uma opinião pessoal, adianta-se na avaliação da com-

posição da Chapa 1. "Talvez nós tenhamos superestimado a nossa força. Não avaliamos corretamente a correlação de forças, a disputa política pela direção do sindicato, e ficamos isolados", observa.

Outro fator que prejudicou a chapa situacionista foi a própria conjuntura política do país. "O Cruzado II, a tração do PMDB e a postura antipopular do governo geraram grande descontentamento na base, aguçaram o espírito de mudança dos trabalhadores", explica Wagner. E este sentimento oposicionista foi capitalizado pela Chapa 2, que se utilizou de uma propaganda mentirosa - culpando a diretoria do sindicato por todos os males que afligem a categoria e o conjunto do povo.

Por último, a chapa também aponta erros na condução política do sindicato. Lembra que a entidade esteve na dianteira das lutas dos metroviários (foi o que mais dirigiu greves no ano passado) e conquistou importantes vitórias, mas não conseguiu organizar e politizar a base a contento. "A gestão caiu num certo economicismo. E uma categoria com bolso vazio e sem consciência tende a votar contra, mesmo às cegas".

MANTER O TRABALHO

Com relação ao futuro, os integrantes da Chapa 1 tem uma posição bastante clara. "Não vamos abandonar o sindicato, como fizeram os petistas", afirma Wagner. "Nós ajudamos a construir a força metroviária. Então vamos manter esse trabalho e aperfeiçoá-lo", garante.

No que se refere a diretoria eleita, Wagner explica que a chapa - que agora desaparece - terá uma posição coerente. "Não vamos ser oposição aventureira. O que ela fizer de certo, que ajude no avanço da categoria, estaremos juntos. Mas também estaremos vigilantes quanto aos seus erros. Nosso referencial serão as assembleias, que são o fórum democrático do sindicato".

E Wagner também adianta como será a ação dessa corrente daqui para frente. "Não vamos nos dispersar, nem nos diluir. Pretendemos manter uma atuação organizada, com reuniões mensais dos ativistas e a confecção de um boletim mensal. Através desses instrumentos, fortaleceremos o sindicato e expressaremos as nossas opiniões".

(Altamiro Borges)

CGT, CUT e USI preparam greve geral

A reunião unitária das três centrais sindicais (CGT, CUT e USI) e das nove confederações de trabalhadores, realizada em Brasília no último dia 5, decidiu preparar uma nova greve geral contra a nova política econômica do governo. De forma consensual, os sindicalistas tiraram como indicativo da greve o mês de abril, um calendário de mobilização e definiram a pauta de reivindicações que será entregue ao governo.

O calendário estabelece que as entidades sindicais do país todo deverão realizar assembleias e manifestações para consultar suas bases. Define também que até 30 de março deverão ser feitas plenárias estaduais do movimento sindical. Onde for possível, estas serão unitárias - congregando sindicatos filiados às três centrais e os independentes. Toda essa mobilização eclodirá com uma Plenária Unitária Nacional no dia 2 de abril, em Brasília. Nesta será

definida a data da greve geral.

Com relação à pauta de reivindicações, foram aprovados 20 pontos. Destes, oito são prioritários: reajuste geral de salários, mais recuperação das perdas dos pensionistas e aposentados; índice real de inflação; escala móvel mensal de salários; salário mínimo real; reforma agrária; congelamento dos preços; extinção dos processos contra sindicalistas e fim dos decretos-leis; e fim da sangria da dívida externa.

Onda de violência da PM no Pará

Comandos da Polícia Militar desencadearam nos últimos dias uma onda de assassinatos, saques e prisões contra camponeses da região de S. Geraldo, no Estado do Pará, visando expulsá-los das terras em que trabalham, e que são reivindicadas por grandes grupos econômicos e por latifundiários. Este é o teor de denúncia enviada recentemente pelo presidente do PC do B no Estado, Neuton Miranda, ao governador Jader Barbalho.

Em sua denúncia, Neuton relata que um comando com

aproximadamente 80 homens praticou durante dois dias atrocidades na região. Os PMs invadiram a área de terra que é tida como de propriedade da Companhia Industrial Brasileira (CIB), onde moram várias famílias de lavradores, e prenderam 21 posseiros. A seguir rumaram para a localidade de Monte Santo e assassinaram a sangue frio o posseiro conhecido como "Boca Rica".

Continuando com a onda de violência, a tropa seguiu para o povoado de Paraúna, onde promoveu durante 45 minutos tiroteios nas ruas, amedrontando e

pondo em fuga parte do povoado. Mais tarde, destruíram casas, roubaram quantias em dinheiro dos moradores, visando especialmente líderes sindicais e populares. O templo dos crentes foi atingido por bombas.

O PC do B recebeu ainda carta do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Xinguará denunciando o assassinato, no dia 31 de janeiro, do posseiro João Bacabal, na fazenda Diadema, onde estão 20 famílias ameaçadas de morte por fazendeiros que se intitulam "proprietários".

(da sucursal)

Renovação sindical em Caxias do Sul

Em eleições realizadas entre 19 e 21 de janeiro os trabalhadores no comércio em Caxias do Sul confirmaram por 905 votos contra 486, a vitória da chapa 1 - Integração e Luta - de oposição às práticas burocráticas e desmobilizadoras da atual diretoria. A chapa 1 já havia vencido pleito anterior, realizado em outubro mas anulado por manobras da diretoria do sindicato, que atrasou deliberadamente a entrega de documentos eleitorais ao Ministério do Trabalho.

Falando à Tribuna, o presidente eleito, Deoclécio da Silva, afirmou que a vitória de sua chapa reflete o avanço do movimento sindical que tem se verificado em Caxias do Sul. Ele destacou que o sentimento dos trabalhadores da cidade, favorável a mudanças, opõe-se aos dirigentes sindicais acomodados que ainda dominam boa parte das entidades no município, lembrando que em seu programa constam inclusive temas claramente políticos, como a suspen-

são do pagamento da dívida externa.

Em sua campanha a chapa 1 contou com o apoio de lideranças de entidades democráticas, como a Federação dos Trabalhadores no Comércio do R.G. do Sul, a CGT, o Sindicato dos Empregados no Turismo e a União das Associações de Bairros. Obteve ainda a adesão do PC do B e do PCB. A chapa adversária tinha o apoio da antiga diretoria, dos patrões e do MR-8.

(da sucursal)

Greve breca demissões na Sul América

Na última sexta-feira, dia 6, os funcionários da Cia. Sul América de Seguros, que trabalham na matriz do Rio de Janeiro, deram uma importante lição de unidade e luta ao paralisarem a empresa em solidariedade a 30 companheiros que estavam sendo demitidos sumariamente.

O movimento começou quando a direção da empresa passou a chamar os empregados um a um, e depois aos grupos, para que assinassem o aviso prévio. Nesse

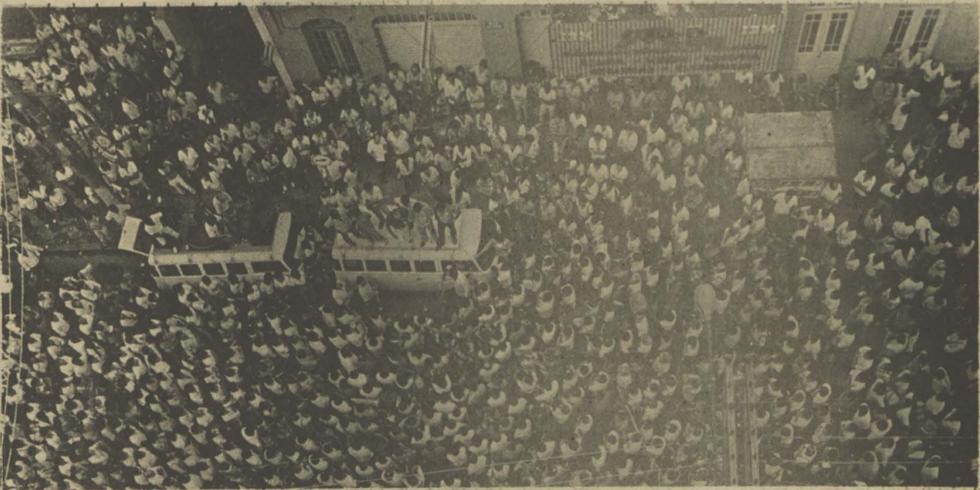
momento os outros funcionários entraram em contato com o sindicato e decidiram não retomar após o almoço. Isso fez com que a repressão por parte da empresa aumentasse, com a demissão de mais 26.

Com a chegada da diretoria do sindicato foi estabelecida uma comissão formada por três diretores e dois demitidos, que entrou na empresa para exigir negociações. Embora a Sul América apelasse para a Polícia Militar, que

cercou o prédio, os trabalhadores passaram a gritar palavras de ordem denunciando as demissões.

A pressão deu resultado. Por volta das 15h30 os integrantes da comissão desceram com a notícia de que os patrões haviam recuado, suspendendo as demissões. Os trabalhadores, àquela altura bastante emocionados, retornaram ao trabalho. Além de não serem demitidos, obtiveram a promessa de uma retratação formal da empresa.

(da sucursal)



Assembleia do dia 6 aprovou o reajuste e decidiu manter a mobilização dos metalúrgicos

Metalúrgicos obtêm 20% de aumento

Em assembleia realizada no último dia 6, com a presença de cerca de 2,5 mil pessoas, os metalúrgicos da capital paulista decidiram aceitar a proposta da Fiesp (entidade patronal) de aumento de 20%. A conquista foi fruto da campanha desencadeada pelo sindicato no início de janeiro, que tinha como reivindicação única o disparo do gatilho salarial com base na inflação real do período, calculada pelo Dieese em 22,27%.

Segundo avaliação da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos, o aumento concedido pelos patrões

não satisfaz a categoria. De acordo com a entidade, ele já apresenta uma defasagem da ordem de 16% nos salários. Por isso, a assembleia decidiu aceitar o reajuste, mas continuar a mobilização pela reposição das perdas e pelo disparo do gatilho mensal. Como forma de manter a luta, o sindicato pretende retomar as negociações com a Fiesp, realizar assembleias constantes e incentivar as greves por fábricas. "Vamos colocar esses 20% de aumento no bolso, mas vamos exigir mais", comenta Eustáquio

Vital, diretor do sindicato.

Vital destaca que a campanha obteve uma vitória política, o disparo do gatilho, que estava ameaçado de extinção pelo governo e pelo patronato. "Fomos os primeiros a desenvolver uma luta desse tipo e a conquistar o disparo, mesmo antes da fixação do índice de inflação", afirma. Mas ele garante que o descontentamento na base persiste, o que é comprovado pelo grande número de greves nas fábricas. Neste início de ano já ocorreram 25 paralisações, envolvendo mais de 14 mil metalúrgicos.

Hospital parado em Duque de Caxias

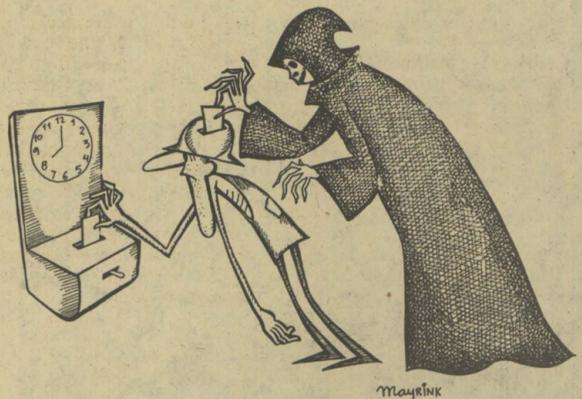
Melhores condições de atendimento à população. Este é o principal motivo que levou os profissionais de saúde do Hospital Municipal de Duque de Caxias a paralisarem suas atividades, num movimento que se prolonga desde 31 de janeiro e que conta com total adesão dos funcionários. Eles ainda reivindicam piso salarial de 8 mínimos, plano de carreira para todas as categorias e melhoria no atendimento preventivo.

Mas a principal reivindicação refere-se às condições de trabalho. No último dia 5 a imprensa pode verificar vazamentos no prédio em todo o teto do hospital, afetando as instalações elétricas. Podia-se ler um cartaz com os seguintes dizeres: "Não ligue o ventilador, você pode ser eletrocutado". Além disso constatou-se a presença de fungos e bactérias nos objetos, falta de higiene na cozinha, banheiros infestados por moscas e mosquitos e falta de

água até mesmo para o atendimento básico.

Uma denúncia dos funcionários pode ajudar a entender as origens de um quadro tão caótico. Eles pedem explicações sobre o destino de verbas destinadas ao hospital pela Previdência Social, e afirmam que o descaso das autoridades tem por detrás interesses pessoais de alguns dirigentes de saúde particulares, entre os quais o médico João Luiz de Oliveira.

(da sucursal)

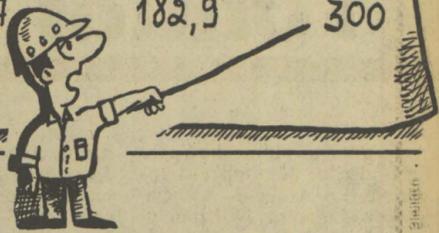


Neste número Fala o Povo está diferente, ocupando menos de uma página. A escassez de espaço no jornal e a multiplicidade de assuntos que temos que abordar nas nossas diversas páginas obrigou-nos a isso. Mas a T.O. continua aberta à sua colaboração. Escreva-nos.



ANO	Perda do poder de compra do salário	Crescimento do Custo de Vida	Inflação %
1980	48,3	43,6	110,2
1981	46,8	87,9	95,21
1982	50,7	103,0	99,5
1983	63,4	172,9	211
1984	64,7	182,9	300

Fonte: DIEESE



Cresce o número de acidentados nas fábricas

No final de 1986 o Brasil ratificou a Convenção 148 da OIT - Organização Internacional do Trabalho - que dispõe sobre a proteção à saúde no local de trabalho. Paradoxalmente, neste mesmo ano, o número de mortos por acidentes de trabalho na região de Osasco, na Grande São Paulo, cresceu 344%. Este dado alarmante consta de um levantamento divulgado em janeiro pelo Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

O Departamento de Segurança do Trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco há anos vem se dedicando com afinco num trabalho sério visando proteger a saúde do trabalhador. No seu último levantamento, utilizando dados do INPS, se constatou que no ano passado as mortes nos locais de trabalho cresceram 344%, pulando de 16 casos em 1985 para 55 em 1986; o número de incapacitados parciais cresceu 100% - passando de 31 casos em 1985 para 62 casos um ano depois; no mesmo período as vítimas de acidentes de trabalho saltou de 15.085 casos para 19.732, um crescimento de 31%.

Segundo dados oficiais, nos últimos sete anos 104.921 pessoas foram acidentadas no trabalho, sendo que 210 morreram. Um outro quadro grave diz respeito ao envenenamento diário dos trabalhadores por produtos tóxicos. Devido à manipulação e à falta de diagnóstico as cifras do INPS não condizem com a realidade. Em 1986 foram anotados apenas seis casos de doenças profissionais na região de Osasco.

PATRÕES MATAM IMPUNEMENTE

O documento do Sindicato dos Metalúrgicos frisa que estes números representam apenas uma parte das péssimas condições de trabalho nas fábricas. E denuncia: "Os patrões mutilam, arrebentam e matam operários e não são molestados por ninguém do governo, especialmente dos ministérios de Trabalho e da Previdência Social que, desta forma, tornam-se cúmplices do assassinato desses trabalhadores".

"Até agora - diz a publicação sindical - a Subdelegacia do Trabalho de Osasco, que responde por 15 municípios da região, não possui nem médicos, nem engenheiros de segurança. Enquanto isso os trabalhadores estão respirando poeiras tóxicas, amianto, ácidos e poluentes de todo tipo, se arrebatando nas prensas e máquinas defeituosas, e, além de tudo, em ambientes sem as mínimas condições sanitárias".

No final do documento o sindicato afirma que "esta situação tem que ser denunciada. Ela não está assim só em Osasco e região. No Brasil inteiro se repete com a mesma mortal intensidade. É o retrato do desrespeito e do desprezo do patronato, aliado à incompetência do Ministério do Trabalho, em prejuízo dos trabalhadores".

CONVENÇÃO DA OIT

No ano passado o Brasil ratificou a convenção 148 da OIT, que dispõe sobre a proteção dos trabalhadores nos locais de trabalho que estejam com ar contaminado e com ruídos e vibrações prejudiciais à saúde. Os seus diversos artigos prevêem a adoção de medidas técnicas ou de organização do trabalho para eliminar os riscos à saúde do trabalhador. "O empregador deverá proporcionar e conservar em bom estado o equipamento de proteção pessoal apropriado. O empregador não deverá obrigar um trabalhador a trabalhar sem equipamento de proteção pessoal", estipula um dos itens do acordo ratificado pelo Brasil. Pelo visto o cumprimento destas medidas ficou apenas no papel, para alegria dos empresários e preocupação dos trabalhadores.

O povo achou a solução: fez os quebra-molas

Wanderlândia contra a estrada da morte

Há um cruzamento da principal rua de Wanderlândia com a rodovia Belém-Brasília onde ocorrem com muita frequência acidentes, na maioria das vezes com vítimas fatais. A comunidade já fez manifestações, abaixo assinados e outras atividades exigindo do Ministério dos Transportes medidas para solucionar o problema. Nessa luta contamos com o apoio do deputado Aldo Arantes.

No dia 10 de janeiro ocorreu um novo acidente, entre uma carreta Scânia 112 e uma camioneta F, onde morreram seis pessoas. Em vista disso, a comunidade fez representar na sede do DNER em Araguaína e cobrou providências urgentes, que afinal não foram tomadas. Diante disso, fizemos no dia 24, por conta da própria comunidade, quatro quebra-molas, obrigando os motoristas a reduzirem a velocidade.

Daí sim, as autoridades tomaram uma atitude: enviaram a polícia ao local. Tentaram identificar lide-

ranças populares. Procuraram inclusive o padre Hélio, tentando intimidá-lo. As autoridades fizeram uma reunião com o povo, dizendo que não tinham solução para o problema. Mas acabaram propondo um acordo: a retirada do quebra-molas no dia 26, mas com o compromisso de tomar providências para evitar novos acidentes. Foi dado um prazo de 30 dias para que esses compromissos sejam cumpridos. Nessa luta, o povo conta com o apoio do vice-prefeito, Joaquim Juvêncio, dos vereadores Pedro Gomes, Edmar Guimarães, José Braga e do presidente da Câmara, Djalma Barbosa. Mas estão contra o prefeito José Pereira Bilio e o delegado local, sargento Júlio, entre outros.

Toda esta manifestação demonstra um ato de bravura de uma comunidade que luta pelos seus direitos, que a união faz a força e que o povo unido jamais será vencido. (Uma amiga e leitora da T.O. na comunidade de Wanderlândia, GO)

Centrais elétricas não cumprem lei em Roraima

A CER (Centrais Elétricas de Roraima) foi multada pela terceira vez com base nos artigos 41 e 47 da CLT, devido à existência de 102 trabalhadores que estavam sem registro como empregados a mais de um ano. A empresa é de economia mista, e o governo local (do PFL, indicado pelo presidente da República) detém seu controle acionário. O interessante é que, dos 102 funcionários que trabalham

com "prestação de serviços", muitos ganham o salário mínimo, e alguns recebem Cz\$ 14 mil.

Agora, a CER terá que pagar a multa, mas a DRT devia exigir também a assinatura em carteira dos funcionários. Em vista disto, há quem fale do comprometimento da subdelegacia do Trabalho de Boa Vista, dra. Tânia Maria T. Silva, com as irregularidades. (Amigos da T.O. em Roraima)

Arrochar salários não é solução para a economia do país

Novamente volta a discussão se seria mesmo o salário um agente inflacionário da economia brasileira. Delfim Netto, ex-ministro do Planejamento, conhecido pelas donas de casa como ministro do "planejamento", foi quem mais ardorosamente pôs em prática o arrocho salarial.

Em sua época, os salários chegaram a perder cerca de 64% do poder de compra. Uma política que continuou após a passagem de Delfim pelo ministério (veja tabela). O fim do gatilho salarial significa a volta do arrocho dos tempos de Delfim.

É preciso ir ao fundo do problema e ver que nenhum país pode industrializar-se e ao mesmo tempo manter uma estrutura agrária defasada secularmente, propulsora de crises no abastecimento, caracterizada pelo predomínio do latifúndio promovedor da violência no campo.

O Brasil é hoje o paraíso onde se ganha muito trabalhando pouco, no caso dos parasitas do setor financeiro, com suas altas taxas de juros determinadas por eles mesmos e não há quem nelas mexa.

As multinacionais obtêm taxas fabulosas de lucros explorando a força de trabalho do brasileiro, além das matérias primas abundantes. Só para se ter uma idéia, no Brasil exis-

tem 1.708 empresas alemãs, sendo que três delas, no ano de 1986, obtiveram lucros de cerca de 1 bilhão de dólares!

Um tipo estranho de Robin Hood, que tira dos pobres para dar aos ricos. O povo trabalha e o governo manda os lucros para os banqueiros internacionais. Só neste ano serão enviados 12 bilhões de dólares entre juros, comissões e royalties etc., para pagamento de uma dívida externa tomada em nome de nosso país por um regime militar famoso pelos sucessivos escândalos de corrupção. E que o governo da Nova República insiste em pagar sacrificando a nossa economia.

É hora de acabar com essa história de arrochar salários. O problema de nossa economia é a dívida externa que precisa ter seu pagamento suspenso; a estrutura agrária que precisa de uma reforma agrária e uma política de crédito aos pequenos e médios agricultores; a taxação dos lucros dos banqueiros; o controle da remessa de lucros para o exterior feitas pelas multinacionais. De nada servem as teorias traiçoeiras e fajutas de sala de aula, que visam enganar o nosso povo sofrido e espoliá-lo ainda mais. (Ademilson Cosme de Souza, estudante de economia da UFBA, Salvador)

Prefeito de Cubatão contra os moradores

O prefeito malufista de Cubatão, Osvaldo Passarelli, continua com sua política contra o povo. No ano passado, ele tentou despejar os moradores da Vila Natal para beneficiar as grandes indústrias que apoiaram sua eleição. Devido a não ter onde morar, uma jovem de apenas 17 anos foi levada ao suicídio.

Agora, o prefeito volta com a mesma história. Tenta desalojar os habitantes do "caminho dois", alegando ser a área pertencente ao Departamento de Estradas e Rodagens de São Paulo. Mas o local onde ele pretende instalar os moradores não tem o mínimo de infraestrutura.

Nesse local não há ônibus, nem água, nem luz. O pior é que os moradores gastaram muito para construir suas casas, e agora o prefeito pretende doar apenas o terreno no novo local, o que aumentaria ainda mais as dificuldades para as famílias transferidas fazerem suas residências.

Para fazer frente a essa nova ofensiva do prefeito malufista, o povo está buscando se organizar. Foi realizada uma reunião com moradores, vereadores do PMDB e o presidente do PC do B para discutir o assunto. (Amigos da T.O. em Cubatão - SP)

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318. Telefone: 36-7531 (DDD 011). Telex: 01132133 TLOBR. Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira. Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.

ACRE - Rio Branco: Edifício Felício Abrahão 2º andar sala 32 - CEP 69900.

ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelua, CEP 57000. Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.

AMAZONAS - Manaus: Rua Simom Bolívar, 231, (ant. Praça da Saúde) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone: 237-6644 - CEP 69000.

BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800. Feira de Santana: Av. Senhor dos Passos, nº 1399 - 2º andar - sala 1415 - CEP 44100. Itabuna: Av. do Cinquentenário, 928, 1º andar sala 1 - Centro - CEP 45600. Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro. Juazeiro: Rua Américo Alves, 6-A - CEP 44060. Paratinga: Rua Marçal Deodoro, 30 - Centro - CEP 47500. Salvador: Rua Conselheiro Junqueira Ayres, 41 - Barris - CEP 40000. Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimesf) - CEP 43700.

DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV, sala 312 - CEP 70202.

CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60000. Iguaçu: Rua Floriano Peixoto, 408 - 2º andar - CEP 63500. Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.

ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89 - sala 2 - Centro - CEP 29300. Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000. GOIÁS - Goiânia: Rua 3, Nº 380, casa 6 - Centro - CEP 74000. Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro - CEP 77100.

MARANHÃO - São Luís: Rua do Egito, 76 - Centro - CEP 65000.

MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone: 321-5095 - CEP 78000.

MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: Rua Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.

MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Belchior, 285 - Centro - Fone: 224-7695 - CEP 30000.

PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.

PARAÍBA - João Pessoa: Praça 1817, nº 116, 2º andar - Centro - CEP 58000. Campina Grande: Praça da Bandeira, 117, 1º andar - Centro - CEP 58100.

PARANÁ - Curitiba: Rua Comendador Fontana, 88, Fone: 253-7961 - CEP 80000. Londrina: Rua Sergipe, 984, sala 206, 2º andar - CEP 86100.

PIAUÍ - Teresina: Rua Desembargador Freitas, 1.459 - Fone: 222-2044 - CEP 64000.

PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500. Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300. Recife: Rua do Sossego, 221, Boa Vista - CEP 50000.

RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Deodoro, 776 - Cidade Alta - R.N. CEP 59000.

RIO GRANDE DO SUL - Bento Gonçalves: Rua Dr. Casagrande, 58 - CEP 95700. Canoas: Rua Tiradentes, Fone: 815-4999 - São Paulo - S.P.

Sul: Rua Bento Gonçalves, 2048 - CEP 95100. Pelotas: Rua Voluntários da Pátria, 1966 - CEP 96015. Cachoeirinhas: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 20 aberto depon. das 18 horas e aos sábados das 9 às 12 horas. Santa Maria: Rua Dr. Bozano, 1147, sala 410 - Centro - CEP 97100. Rio Grande: Rua Gen. Vitorino, 746-A - CEP 96200. Ijuí: Rua 15 de Novembro, Edifício Nelson Luchese, s. 23, 2º andar.

RIO DE JANEIRO - Rio de Janeiro: Rua 1º de Março, 8 - 2º andar - Fone: 252-9935 - CEP 20000. Niterói: Av. Amiral Peixoto, 370, sala 808 - Centro - CEP 24000. Duque de Caxias: Rua Nunes Alves, 40, sala 101 - CEP 25000. Nova Iguaçu: Travessa Renato Pedrosa, 33, sala 319 - CEP 26000.

SANTA CATARINA - Florianópolis: Praça XV de Novembro, 21, sala 705 - CEP 88000.

SÃO PAULO - Americana: Av. Dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470. Campinas: Rua Senador Saravali, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100. Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500. Osasco: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 06000. São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560. Taubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100. São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200. Guarulhos: Rua Padre Celestino, 42, sala 8, 2º andar - CEP 12200.

SERGIPE - Aracaju: Av. Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220 - CEP 49000.



Faça cinco assinaturas da Tribuna Operária e ganhe uma de brinde! Colabore para o fortalecimento da imprensa operária.

Tribuna Operária

Semanário Nacional.

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

- Annual (52 edições) Cz\$ 350,00
- Annual popular (52 edições) Cz\$ 175,00
- Semestral (26 edições) Cz\$ 175,00
- Semestral popular (26 edições) Cz\$ 90,00
- Annual para o exterior (em dólares) US\$ 70

Nome:
 Endereço:
 Bairro:
 Cidade: CEP:
 Estado:
 Profissão:
 Data:

Recorte este cupom e envie junto com cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Lt., Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - S. Paulo. CEP: 01318

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

O fantasma da recessão volta a rondar o Brasil

Falando no último dia 6 para um grupo de empresários reunidos no clube da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores do Rio de Janeiro o ex-presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, apresentou a sua receita para os problemas econômicos. Para Pastore, a recessão é "o único remédio" para conter a alta da inflação; o governo deve reduzir substancialmente seus investimentos; e impor uma maxidesvalorização do cruzado, como forma de elevar o volume de exportações.

A fala do economista poderia ser interpretada simples-

mente como mais uma defesa do projeto que os conservadores pretendem impor à nossa economia. Infelizmente, no entanto, alguns índices econômicos divulgados na semana passada e algumas declarações de economistas ligados ao governo parecem demonstrar que a recessão é uma ameaça concreta que ronda novamente o país, depois de ter causado, entre 1981 e 1983, o desemprego em massa, a redução drástica dos salários reais e a queda da produção econômica e dos investimentos.

No dia 11, por exemplo, o subsecretário de salários do

Ministério do Trabalho, Lívio Camargo, revelou que em dezembro do ano passado houve queda de 0,76% no nível de empregos no país, significando 170 mil postos de trabalho a menos. Ou seja: apenas no mês que se seguiu à decretação do Cruzado 2 foram eliminados 80% dos postos de trabalho criados nos dois meses anteriores.

IMOBILISMO E CUMPLICIDADE

Juros de até 1000% cobrados pelo sistema financeiro levaram intranquilidade também às pequenas e médias empresas. Há alguns dias as páginas econômicas dos jornais noticiaram com destaque o pedido de concordata de duas empresas do próspero ramo da informática, a Polimax e a Flexidisc. O governador eleito do Paraná, Alvaro Dias, teceu duras críticas à equipe econômica do governo a alertou para o risco de uma "quebra generalizada" de empresas. E o diretor econômico da FIESP, Walter Sacca, previu que os dados relativos a janeiro revelarão "a produção industrial mais baixa dos últimos 12 meses", com a utilização de apenas 60 a 70% da capacidade instalada (alguns meses após a decretação do Plano Cruzado este índice chegou a quase 95%).

Apesar de tudo, o governo parece oscilar entre o imobilismo e a cumplicidade diante do problema. Enquanto a equipe econômica como um todo tem imposto dificuldades à realização de importações, mesmo daquelas essenciais ao funcionamento da economia, alguns de seus integrantes parecem dispostos a ir ainda mais longe. No dia 5, por exemplo, o assessor especial de Funaro, Paulo Francini, sugeriu a limitação do gatilho salarial, alegando que conviver com ele num período de altas taxas de inflação seria "dura tarefa". E o economista do Ministério do Planejamento, Carlos von Doellinger, disse concordar com Afonso Pastore, recomendando um corte "drástico" nos gastos públicos.

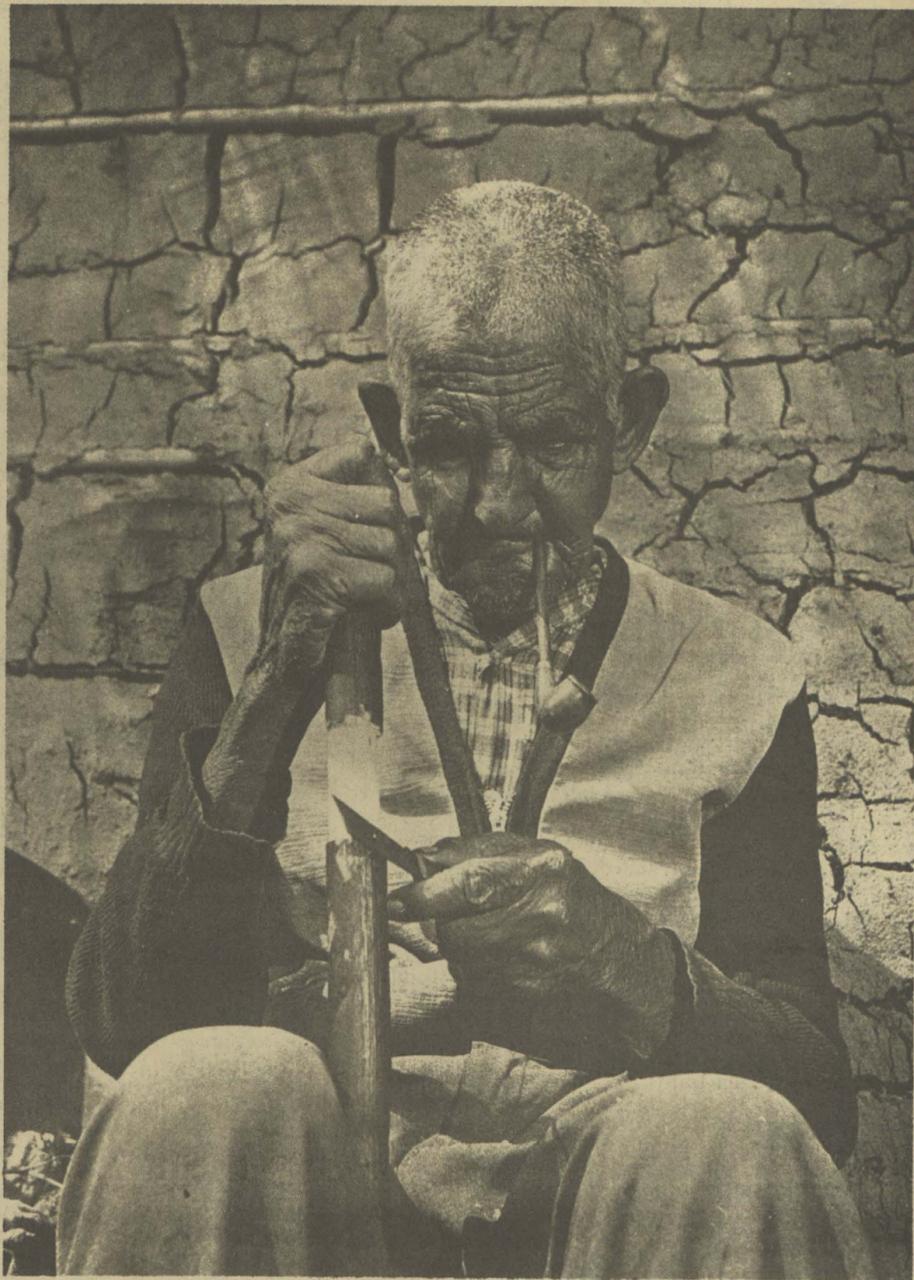
Pressões imperialistas

Numa atitude de clara interferência em assuntos internos do país, o presidente da Câmara Americana do Comércio em S. Paulo, David Benadof, enviou no último dia 9 carta ao Ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, "advertindo-o" quanto às consequências de uma eventual declaração de moratória unilateral pelo Brasil. Na carta, Benadof "ameaça" até mesmo com o "confisco de propriedades brasileiras no exterior, de carregamentos de produtos brasileiros em águas internacionais e de aeronaves brasileiras".

As declarações de Benadof, que chamam a atenção por sua crueza, fazem parte, no entanto, de um conjunto de pressões desencadeadas na semana passada por representantes dos meios financeiros norte-americanos. Alguns dias antes o presidente do Citibank, nosso maior credor, declarava ao "Wall Street Journal", dos Estados Unidos, que resistirá às pressões dos países devedores, entre eles o Brasil, no sentido de obter a renegociação de suas dívidas com base em taxas mais baixas de *spreads*. E no dia 10, outro membro da Câmara

Americana para o Comércio, desta vez o ex-presidente da seção carioca, tecia duras críticas à política econômica do país, responsabilizando o controle de preços que vigorou no ano passado pela repatriação de capitais efetuada por inúmeras empresas estrangeiras.

As pressões aparecem num momento delicado: dentro de algumas semanas o governo precisará manter complicadas negociações com os bancos credores, para reescalonar parcelas importantes da dívida externa. Tudo indica que a equipe econômica terá dificuldades para conquistar nessa negociação as vantagens que esperava obter. E não é difícil compreender as razões da resistência dos banqueiros. Na mesma entrevista em que anunciou o endurecimento do Citibank, John Reed revelava que, em 1985, 25% dos lucros de sua corporação foram provenientes da América Latina e do Caribe - mais do que o obtido na Europa, na África, no Oriente Médio ou na Ásia. E mais da metade dos lucros alcançados na América do Norte.



O idoso é duplamente marginalizado: antes de se aposentar não acha serviço e depois não pode trabalhar

Novo projeto de aposentadoria é ameaça ao idoso

O ministro da Previdência Social, Raphael Magalhães, ameaça golpear covardemente os idosos ao querer acabar com a aposentadoria por tempo de serviço. De acordo com o anteprojeto entregue no último dia 5 ao presidente Sarney, em Brasília, o trabalhador de baixa renda só poderá se aposentar depois que completar 55 anos de idade.

O Brasil é um país que marginaliza e desrespeita os idosos de maneira acintosa. Quando ainda trabalha, dificilmente consegue emprego se estiver com mais de 50 anos de idade. Ao se aposentar, seus magros rendimentos são reduzidos ainda mais, devido aos cálculos usados pelo INPS para conceder o pecúlio. Como é um setor com pouca mobilização e que não possui a arma da greve para utilizá-la, sempre é a primeira vítima do arrocho salarial.

O que agora o ministro Raphael de Almeida Magalhães pretende aprovar já foi tentado pelo seu antecessor na época da ditadura militar, o ex-ministro Jarbas Passarinho, em 1984. Naquela época, devido ao repúdio da sociedade organizada, o projeto de aposentadoria após os 55 anos foi engavetado. A medida de agora vem embutida dentro do anteprojeto que pretende reformular o sistema previdenciário e que está em estudo no Conselho Superior da Previdência Social.

"O brasileiro só vai se aposentar no cemitério"

A atual proposta é ainda mais discriminatória do que a preconizada por Passarinho, pois atinge só aqueles que ganham até três salários-mínimos. Cerca de 90% dos que se aposentam ganham menos de três salários-mínimos e um quarto deles estão com menos de 54 anos.

Assim a Previdência Social quer penalizar aqueles que começam a trabalhar

cedo. Quem, por exemplo, entrou no mercado de trabalho aos 15 anos, com 45 anos já poderia se aposentar. Mas de acordo com o novo projeto, terá que trabalhar por mais dez anos.

Se for adotada a idade mínima de 55 anos como requisito para se conceder a aposentadoria, cerca de 41% das pessoas que trabalham não alcançarão este benefício. Isto porque a expectativa média de vida do trabalhador de baixa renda é de 49 anos e 10 meses, segundo um estudo feito pelo Ministério da Saúde. Já os bem remunerados - que não serão afetados pelo anteprojeto - têm uma expectativa de 62 anos.

"Esse plano não pode ser aprovado, porque vai ser ruim para todo mundo", desabafa Armando Fontes, funcionário da prefeitura de São Paulo, encarregado da turma de tapar buraco nas ruas. "Tenho 48 anos e já estou para me aposentar. Eles estão fazendo a maior palhaçada com os trabalhadores", acrescenta.

Raimundo Ferreira da Rocha tem 52 anos e trabalha no Hospital Matarazzo. Irá se aposentar daqui há cinco anos mas discorda do anteprojeto do governo. "O brasileiro vive em média 55 anos, então ele vai se aposentar só no buraco do cemitério", diz ele. "Você vê, a maioria do pessoal que tem mais de 50 anos já não tem mais condições de trabalhar, por causa do excesso de trabalho, é subnutrido e não tem onde mora". Raimundo não acredita na aprovação desta medida: "se nossos representantes tiverem bom senso e pensarem no povo pobre do país não vão aprovar este projeto".

À medida que se avança na idade a situação do trabalhador fica mais precária. Aposentar - que deveria significar um motivo de alívio - representa um aumento de preocupação e de sofrimento para o idoso, pois significa que seus rendimentos sofrerão uma brutal queda. Entre 1979 e 1984 foi o período de maior arrocho salarial para os inativos, seus salários foram reajustados bem abaixo do índice da inflação. O resultado disso foi que nesse período 80% dos aproximadamente 10 milhões de aposentados recebiam pecúlio do INPS que não iam além de dois salários-mínimos.

O ganho é pouco e não se pode arrumar 'bicos'

Atualmente a situação dos aposentados praticamente não se alterou. "Ganho 777 cruzeiros e sobrevivo porque sou sozinho, não pago aluguel e faço bicos como encanador", explica Teófilo Idalgo, 60 anos, cinco dos quais recebendo auxílio-invalidez. Bastante revoltado com a omissão do governo para com os aposentados, explica que ainda são perseguidos quando arrumam algum serviço: "Se o fiscal pega a gente trabalhando, perco a aposentadoria".

A situação de Teófilo é semelhante a de inúmeros outros que chegam ao fim da vida na maior penúria. Ele começou a trabalhar na roça aos sete anos, mas só aos 30 conseguiu registro em carteira. Com 55 anos foi afastado do serviço ao sofrer um acidente na coluna. Outros tem um destino ainda pior. Em 1980, o médico Tufik Mattar afirmou na Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, em Brasília, que havia 200 mil idosos abandonados na cidade de São Paulo, "vivendo pelas ruas, dormindo em praças, debaixo de viadutos, sobrevivendo à custa de esmolas".



Crise no emprego: uma consequência inevitável da recessão que se avizinha